



PUC-SP

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
FACULDADE DE HISTÓRIA**

Lucas Paes Rett

Trabalhismo, nacionalismo e poder carismático na fundação do PTB

Bacharelado em História

**São Paulo
2023**



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Lucas Paes Rett

Trabalhismo, nacionalismo e poder carismático na fundação do PTB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à banca examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
BACHAREL em HISTÓRIA, sob a orientação da
Prof^a. Dr^a. Carla Reis Longhi.

São Paulo

2023

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia (Michel Foucault).

RESUMO

RETT, Lucas Paes. **Trabalhismo, nacionalismo e poder carismático na fundação do PTB**

No fim do “antigo regime”, chamado de Estado Novo, com o nascimento de uma nova ordem, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado. A intrincada relação entre trabalhismo, nacionalismo e poder carismático de Getúlio Vargas é o cerne deste estudo que busca estabelecer a influência deste na formação do Partido e, especialmente, responder à indagação de qual vocação esta agremiação serviu: (i) o carisma de seu líder ou (ii) o sindicalismo operário de seus quadros e de seus eleitores.

No contexto de mudanças e de disputas políticas, o Brasil vivenciava a dicotomia entre um governismo getulista de caráter carismático e personalista e, em contraposição, o sindicalismo cada vez mais forte e atuante. É inegável a influência personalíssima de Getúlio Vargas na fundação do PTB. A ligação direta de Vargas com figuras-chave do Partido, em última instância, fez com que os interesses políticos do Presidente fossem refletidos no PTB, trazendo benefícios eleitorais a Getúlio, especialmente, em razão da forte base trabalhista construída durante o Estado Novo. Ou seja, houve reciprocidade entre as vantagens colhidas pelo político e o fortalecimento do Partido Trabalhista.

O PTB foi fundado na lógica do corporativismo no Estado Novo que, por meio dos sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho, estabelecia as representações políticas. Dessa forma, o partido, que nasceu subordinado ao sindicalismo, prosperou na esfera política, vale dizer, atendeu tanto ao carisma de Vargas como ao trabalhismo.

Palavras-chave: trabalhismo; getulismo; corporativismo; nacionalismo; poder carismático; partido trabalhista brasileiro.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AI 2	Ato Institucional n. 2
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CNTC	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTI	Confederação dos Trabalhadores na Indústria
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CTOS	Comissão Técnica de Orientação Sindical
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IAPTEC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores em Comércio
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 GETULISMO: TRABALHISMO, PODER CARISMÁTICO E NACIONALISMO	11
3 A FUNDAÇÃO DO PTB.....	20
4 QUEREMISMO E A ELEIÇÃO DE 1945.....	35
4.1 Queremismo.....	35
4.2 Eleições de 1945.....	42
5 CONCLUSÃO.....	53
FONTES.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO A – Organização do Partido Trabalhista Brasileiro	61
ANEXO B – Diretórios Municipais Organizados	62
ANEXO C – Comissão Executiva.....	63

1 INTRODUÇÃO

O ano de 1945 foi marcado por intensas transformações políticas no cenário brasileiro. Em quatro meses, os três partidos estruturadores do sistema democrático do País foram fundados. Em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional foi criada, tendo como presidente de honra o brigadeiro Eduardo Gomes. Pouco mais de um mês depois, o Partido Trabalhista Brasileiro era gestado, em 15 de maio de 1945, e, por fim, no dia 17 de julho, o Partido Social Democrático ganhava vida.¹

Além da estruturação partidária, a deposição de Getúlio Vargas da condição de líder de um regime de exceção, conhecido como Estado Novo, ocorreu nesse ano, mais precisamente em 29 de outubro, por meio de um golpe militar. Essa abrupta alteração de regime fora antecipada pelo próprio Vargas ainda em 1944, segundo Gomes e Araújo (1987, p. 7):

Em 31 de dezembro de 1944, no tradicional banquete de passagem de ano oferecido pelas forças armadas, Getúlio anunciava oficialmente à nação a breve execução da reforma constitucional, necessária para a igualmente breve realização das eleições que reconduziram o país à normalidade democrática.

As explicações para esse cenário de mudança podem ser encontradas em análises conjunturais internas e externas. Capelato (2009) defende a inserção do Estado Novo² em contexto histórico internacional, já que inspirado pelos regimes nazifascistas em decadência. Ferreira (2003, p.16) aprofunda-se no estudo da insustentabilidade do Estado Novo, em razão das transformações decorrentes da Segunda Guerra Mundial: “Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, agora vista como inevitável, do nazifascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político”.

Portanto, a modificação da conjuntura política internacional tornava insustentável o regime em vigor no Brasil, perante a nova ordem democrática que se iniciava no pós-1945. O próprio Getúlio Vargas reconheceu as transformações do pós-guerra no discurso que proferiu em agosto do mesmo ano.

As conjunturas internas, porém, tiveram um papel bem mais destacado nessa transformação. Diversos segmentos da sociedade civil participaram ativamente de

¹ BRASIL, 2008 b.

² O Estado Novo foi abertamente inspirado nos regimes nazifascistas que ascendiam na Europa, o estadonovismo buscava, assim como seus inspiradores ideológicos, a “criação do novo”, já que as velhas concepções liberais de Estado Nacional pareciam insuficientes para dar conta do complexo cenário econômico e político dos anos 1930.

campanhas à queda do regime e a favor da democracia, Ferreira (2003) cita o movimento de estudantes, comunistas, liberais, empresários e coalizões civis e militares que se organizou em grupos de resistência. O episódio que envolveu os estudantes filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto (da Faculdade de Direito da USP), por exemplo, é relevante para afirmar a reivindicação de mudança no regime político. Após uma inflamada entrevista publicada nos jornais da época, concedida por José Américo de Almeida, político e escritor paraibano e ex-ministro de Getúlio Vargas³, em que exigia eleições livres e exaltava a candidatura à Presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes, o ato dos estudantes ganhou peso.

No entanto, o que Ferreira (2003) destaca é o movimento contrário ao ato estudantil do Largo São Francisco, em que diversos trabalhadores de “aparência humilde” bateram panelas, vaiaram os alunos e proferiram palavras de ordem, tais como: “Viva os trabalhadores” e “Queremos Getúlio”. As origens do queremismo e seus desdobramentos partidários e eleitorais serão posteriormente discutidos neste estudo.

Weffort (1972, p. 52) sintetiza as motivações internas e externas e adiciona um novo elemento jurídico ao caldeirão político vivido no período:

Desde 1942, ano em que o Brasil entrava na guerra, Vargas vinha considerando alternativas para o problema da institucionalização política do regime. Além do que se deve imputar aos efeitos internos da tomada de posição no conflito mundial a favor das forças aliadas, cabe lembrar que, em 1942, terminava o prazo provisório para a legitimação da Constituição através de um plebiscito e que, em 1943, terminaria segundo os termos da Constituição, o mandato presidencial.

É nesse adensado contexto de fim do “antigo regime” e nascimento de uma nova ordem política que se estruturou o Partido Político objeto de estudo deste trabalho: o PTB. Sua composição interna e as disputas entre diversas lideranças ao longo dos anos consolidaram uma grande dicotomia entre um governismo/getulista de caráter carismático e personalista e, em contraposição, sua vocação natural de representar a classe trabalhadora de um sindicalismo cada vez mais forte e atuante.

A intrincada relação entre trabalhismo e getulismo é o cerne deste estudo, que busca estabelecer a influência de Getúlio Vargas, fundador do PTB, nas dinâmicas internas do partido e do movimento operário na totalidade, bem como responder à indagação de qual vocação essa importante agremiação da história republicana serviu: (i) o carisma de seu líder ou (ii) o sindicalismo operário de seus quadros e eleitores. Vale

3 (MUSEU DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2023).

observar que, neste trabalho, getulismo está limitado aos aspectos do poder carismático, do nacionalismo e do próprio trabalhismo.

Para o estudo proposto, no entanto, é preciso ressaltar que a esfera política é um espaço de disputa, assim, um trabalho de história política precisa dar conta de instituir as diferentes relações que se estabelecem não apenas no Estado, mas em todo conjunto de atores que constroem ou assimilam suas formas de representação. Foucault (2004, p. 193), pensando o poder sob uma conceituação filosófica distante das correntes tradicionais, afirma:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Ainda no campo do debate epistemológico, vale destacar a definição formulada por Pierre Rosanvallon, da história conceitual do político, que seria, resumidamente, nas palavras de Miranda (2011, p.2), bem próxima da filosofia política.

Bastante próxima da filosofia política, a história conceitual do político pretende investigar, para além da compreensão da esfera estatal, como se constroem e articulam as ideias e as representações políticas, e de que maneira são assimiladas e apropriadas por determinados indivíduos ou grupos na busca por uma fala política que pretende se tornar real (ou se manter no poder).

Dessa maneira, os limites da chamada história política tradicional são extrapolados com a ampliação da base de construção teórica para além das questões relativas ao Estado e seu funcionamento jurídico e administrativo. Assim, com essas referências historiográficas, busca-se entender as fontes utilizadas na realização deste trabalho. Priorizando uma análise do poder na esfera política, foi considerado: (i) um conjunto de decretos e de leis; (ii) o programa e o estatuto do Partido Trabalhista Brasileiro; (iii) cartas endereçadas a personagens importantes do período; e (iv) entrevistas e discursos por eles proferidos. Isso tudo, principalmente, no ano de 1945, mas sem desprezar as relações diretas dos registros com anos anteriores, como forma de construção de um quadro mais amplo do poder no contexto analisado. Esses registros

foram localizados em meio digital, com destaque aos arquivos CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e de jornais e periódicos que circulavam à época.

A opção feita por esse conjunto de fontes reside na própria natureza do trabalho, em que essas representações assumidas e atribuídas pelos diferentes atores do processo estão em constante disputa histórica. Na multiplicidade de fontes, busca-se uma ilustração mais precisa da realidade e de suas contradições, conforme Marx (2011, p.78): "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade".

Esses embates também são encontrados no corpo bibliográfico do texto, especialmente, com relação a dois referenciais teóricos que, a princípio, pareciam inconciliáveis, mas, à luz do processo historiográfico, ganharam clareza analítica. Se, de um lado, observa-se o trabalho realizado por Angela Maria de Castro Gomes e sua filiação à História Social, sobretudo, a inglesa, no que diz respeito à historiografia dos operários e sua construção prática e simbólica de significados: "Ela significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e "coisificação" de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados" (GOMES, 2004, p.160).

Do outro lado, apresenta-se um instrumental mais associado à ciência política weberiana, com Maria Celina Soares d'Araújo, discutindo os limites internos de um partido político fundando com bases carismáticas.

A atuação de um partido é menos produto de sua ideologia, programa ou base social do que da forma pela qual os conflitos e lutas internas pelo poder são administrados e eventualmente resolvidos. Este é o argumento central deste trabalho, que examinará o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) desde sua fundação, em 1945, até 1965. O desenvolvimento dessa hipótese baseia-se na concepção michelsiana (Michels, 1982) de que, sejam quais forem suas diferenças programáticas ou de militância, partidos políticos são fundamentalmente organizações cujos objetivos e estratégias não decorrem automaticamente nem de sua base social nem de seus compromissos doutrinários (ARAÚJO, 1996, p. 16).

Por fim, este estudo analisou duas biografias sobre Getúlio Vargas, a de Boris Fausto e a de Lira Neto, que ajudaram a compor o complexo quadro político e pessoal da vida do ex-Presidente, considerou-se, no entanto, os limites metodológicos existentes no uso de fontes biográficas, dada a possibilidade de reproduzirem construções narrativas "endeusadas" de seus personagens. Porém, segundo Steffens (2010, p.7):

Possivelmente em virtude da evidência de que a escrita biográfica tem, dentre outras intenções, perpetuar imagens sobre os personagens que ela acompanha e que nela são retratados, o que ajudou com que fosse considerada uma fonte

“viciada”. Esses “vícios”, no entanto, e sem novidade, estão presentes nos mais diversos tipos de fontes históricas, conforme já apontava Jacques Le Goff.

Portanto, a própria problemática do trabalho já assume um espaço de disputa entre a construção de uma representação política dos trabalhadores brasileiros na década de 1940 e sua indissociável relação com o Estado Novo e, por extensão, com o getulismo como esfera de poder carismático.

Este trabalho é composto por uma breve introdução, por três capítulos que tratam, no primeiro, do trabalhismo, do poder carismático de Vargas e do nacionalismo como componentes fundamentais do PTB; no segundo, da fundação do partido, mostrando, especialmente, a influência sofrida pelo trabalhismo (na figura de seus membros) e pelo poder carismático (na figura de Getúlio Vargas); e, no terceiro, do quererismo e das eleições de 1945, bem como suas relações diretas com Getúlio Vargas e com o PTB. Por fim, apresenta-se a conclusão sobre a pesquisa do período de transição entre formas de Governo e do nascimento do Partido neste momento histórico brasileiro.

2 GETULISMO: TRABALHISMO, PODER CARISMÁTICO E NACIONALISMO

Como será tratado neste capítulo, Getúlio Vargas foi um líder carismático que estimulou o nacionalismo e o desenvolvimento trabalhista brasileiro. Dessa forma, o getulismo compreenderá esses três aspectos. Assim (pela intrínseca relação entre eles), sem dúvida, o trabalhismo é um dos componentes mais fundamentais para se entender tanto o Estado Novo como a transição para o sistema de partidos que dura de 1945 até a publicação do AI-2 (Ato Institucional), em 1965, ganhando uma atenção especial a partir de 1937, depois do golpe que consolidou o regime. No dizer de Gomes (2005, p. 178):

Foi justamente no bojo desta nova situação política, que anunciava a necessidade de reorientação nos rumos do Estado Novo, que o projeto “trabalhista” passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento representativo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento de leis que regulamentavam o mercado de trabalho.

Tanto Capelato (2009) como Gomes (2005) concordam em não analisar o trabalhismo apenas como uma manipulação ideológica, entendida por muitos como o único fator de adesão das classes trabalhadoras a esse regime. “A origem rural e a consequente ausência de experiência política, a falta de maturidade e de consciência de classe explicariam a adesão dos trabalhadores a um líder carismático e demagogo.” (CAPELATO, 2009, p.143).

É certo que houve uma adesão significativa do operariado e que as razões para isso não podem ser limitadas à manipulação ideológica dos artífices do Estado Novo, portanto, o que teria levado milhões de operários a enfileirar a defesa de Getúlio Vargas e de seu regime? Em primeiro lugar, uma ressignificação da palavra “operário”, pois, em contrapartida ao que ocorria anteriormente na República Velha, os trabalhadores passaram a pertencer ao imaginário nacional e terem suas reivindicações tratadas como caso de “política e não de polícia”.

Além disso, Gomes (2005) mostra como o Estado articulava simultaneamente conquistas materiais e simbólicas. No campo mais tangível, os benefícios sociais passaram a ser apresentados não como uma conquista ou como uma reparação, mas como um ato de generosidade, que exigia reciprocidade. De uma perspectiva mais abstrata, o Estado incorporava aspectos essenciais da autopercepção dos trabalhadores e coordenava suas demandas, valores e tradições dentro de um novo contexto, recontextualizando-os.

Portanto, é leviano entender essa relação como submissa, o que existia era uma troca material e simbólica, em que a classe trabalhadora entendia a necessidade de retribuição. No dizer de Gomes (2005, p. 180): “Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade.”

Esse pacto dava ao Presidente uma popularidade cada vez maior perante a classe trabalhadora. O aumento gradual e substancial da aprovação de Getúlio fazia parte da lógica inerente ao corporativismo estadonovista, de unidade entre o povo e o chefe de Estado. Sua popularidade oriunda da imagem de “pai dos pobres” não foi importante apenas para manter a estrutura do Estado Novo mas, fundamental durante a transição para um democracia partidária, visto que, a partir da unificação simbólica entre Getúlio e o trabalhismo, ele obteve expressivos resultados eleitorais, que serão discutidos posteriormente.

Como pontua Gomes (2021, p.232):

A invenção do trabalhismo como ideologia da outorga permite justamente refletir sobre a dimensão simbólica que alimentava e dava feição específica a estas relações políticas, a este pacto social. Esta dimensão põe em foco singular a dinâmica entre repressão e mobilização exercitada neste período, da mesma forma que permite compreender melhor a longevidade das noções construídas pelo discurso político estado-novista.

Um exemplo que ilustra essa “troca de dádivas” pode ser visto nas comemorações do Dia do Trabalho. A data passou a ser celebrada, a partir de 1938, com um discurso de Vargas que caracterizaria o teor da festividade, introduzindo uma tradição que perdurou por todo o regime estadonovista, que foi a de “presentear” os trabalhadores com uma realização na área de política social. No caso do ano em questão, a benesse concedida foi a regulamentação da Lei do Salário-Mínimo, como se observa do trecho transcrito do discurso de Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1938.

Operários do Brasil: No momento em que se festeja o "Dia do Trabalho", não desejei que esta comemoração se limitasse à palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil.
[...] O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso, a Lei do Salário-Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha (BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1938).

No ano seguinte, as celebrações foram ainda maiores, sendo transferidas para o estádio de São Januário, do Vasco da Gama, que sediou a comemoração em todos os anos, exceção feita a 1944, quando foi transferida para o Pacaembu, em São Paulo.

Portanto, as comemorações do 1º de maio sintetizaram a relação simbólica/material que exprimiu um dos pontos mais nevrálgicos do trabalhismo brasileiro. No dizer de Gomes (2005, p. 217): “O Dia do Trabalho passou a assumir certos contornos rituais. Era sempre uma comemoração de massas, na qual o presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores”.

Outro ponto central para a elaboração do trabalhismo brasileiro, segundo Gomes (2005), era a relação do povo com o Presidente. A construção mitificada de Vargas visava colocá-lo sempre como sujeito da ação: criando, determinando, estabelecendo, assinando ou mandando executar, sempre como uma figura central a todo o funcionamento estatal.

A suposta clarividência do Presidente também aparecia destacadamente nas ações coordenadas de construção de sua imagem.

Suas iniciativas políticas tinham um verdadeiro caráter profético, o que podia ser constatado desde o ponto zero da nova história que se estava construindo, ou seja, desde o momento revolucionário de 1930. O primeiro documento comprobatório da excepcionalidade do presidente, citado repetidamente, era o discurso do candidato ainda em 1929, na esplanada do Castelo. Em seus termos já estaria embutido todo o programa de quinze anos de governo e toda percepção política de uma época (GOMES, 2005, p. 220).

Alexandre Marcondes (1943 *apud* GOMES, 2005, p.221) sintetiza a questão ao afirmar que: “provém das cruentas reivindicações populares para fazer progredir o Estado, ou provém da sabedoria do Estado e da clarividência das leis, para fazer progredir o povo”.

A incorporação material e simbólica do trabalhismo como um fenômeno exclusivamente atribuído a Getúlio Vargas é parte primordial da construção de sua imagem. No entanto, é sabido que diversas reivindicações sociais já existiam de maneira descentralizada antes do Estado Novo, Gomes (2005) esclarece que, já no início da Primeira República, uma série de movimentos se articularam, reivindicando demandas materiais concretas, porém, aliadas a uma maior participação pública no Estado. O ano de 1922, por exemplo, é apontado como fundamental para a transformação no quadro intelectual, político e social do país. Pecaue (1990) mostra como coexistiram, no mesmo ano, a Semana de Arte Moderna, a primeira rebelião tenentista e a fundação do Partido Comunista Brasileiro.

Na década de 1930, após a Revolução ter sido bem-sucedida, a Constituição de 1934 exemplificou as tensões existentes entre os diversos grupos que disputavam o poder. Como demonstraram Bonavides e Andrade (2002, p. 326):

A Carta é uma colcha de retalhos, em que pese seu brilhantismo jurídico e sua lição histórica. Princípios antagônicos (formulados antagonicamente, inclusive) são postos lado a lado. Eles marcam duas tendências claramente definidas, dois projetos políticos diversos. Um deles havia de prevalecer. O que efetivamente aconteceu: sobreveio a ditadura getulista a partir de 1937.

Portanto, havia um conjunto de intelectuais estadonovistas que criticavam profundamente a Carta, acusando-a de ser excessivamente liberal. Bonavides e Andrade (2002, p. 326) ilustram que : “[...] havia um liberalismo insuspeito, herdeiro das formulações de 1891 e continuador dessa tradição, interpretando à sua maneira a representação e justiça do ideário de 1930”.

Esse liberalismo insuspeito levou o principal ideólogo do Estado Novo: Oliveira Viana a defender um caráter vinculante-normativo das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, sob a égide da Carta de 1934, como forma de desestabilizar a legitimidade dessa Constituição, valendo-se das discussões oriundas da Alemanha, no início da década de 1930, principalmente, os argumentos utilizados por Carl Schmitt⁴ (*apud* DULTRA DOS SANTOS, 2010, p. 289) para criticar a República de Weimar.

Além de Oliveira Viana, o próprio Getúlio Vargas criticava a Carta de 1934, como no discurso proferido em 11 de novembro de 1940, para as celebrações do aniversário de 10 anos da Revolução de 1930, em que disse:

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação! (VARGAS, 1940)

⁴ “Isso significa, para Schmitt, que quando uma maioria parlamentar fica impedida constitucionalmente de reformar a Constituição – quando a ‘proteção da Constituição’ se torna função essencial para a realização da mesma –, o princípio democrático-formal das maiorias (princípio da legalidade) é substituído pela atuação democrático-substancial do Estado burocrático-administrativo executor. Este último se funda na legitimidade da autorização plebiscitária ou nas cláusulas que preveem a excepcionalidade de seu funcionamento (princípio da legitimidade, fundado no estado de exceção), conforme estabelecido pelo notório Art. 48 da Constituição de Weimar. Isso é precisamente o que, no ano de 1932, poderia acontecer com essa Constituição” (DULTRA DOS SANTOS, 2010, p. 289).

A Constituição de 1934, no entanto, em que pese as críticas, materializou uma série de conquistas sociais e trabalhistas, cita-se como exemplos: a instituição do voto secreto, do sufrágio universal e da previsão da criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Ou seja, direitos assegurados e atribuídos antes mesmo do “calendário oficial”⁵ do Estado Novo, que, a despeito disso, reivindicava a Carta de 1937 como a gênese do trabalhismo em sua ideologia e na sua prática.

Portanto, entender a incorporação de conquistas políticas e sociais e, por extensão, do trabalhismo como provenientes apenas da Constituição de 1937 é simplificar um longo processo histórico que colocou em disputa diversos agentes de diferentes matizes ideológicas, que coexistiram no período, buscando uma materialização de suas demandas, dentro e fora da esfera estatal.

Porém, vale observar que, além do trabalhismo, um dos elementos mais relevantes na criação e consolidação do PTB é a figura central de seu fundador e mentor: Getúlio Vargas, líder político que, pode-se afirmar, inaugurou, durante o Estado Novo, as presidências carismáticas brasileiras. Fausto (2006, p.121) mostra que:

Até então, os presidentes que se sucederam ao longo da Primeira República podiam prescindir desse atributo, aqui definido em seu sentido mais amplo, como forma peculiar de poder baseada na capacidade real ou imaginária de um líder, que cria uma relação direta, maior ou menor, com seus liderados.

Expandido um pouco o corpo teórico da discussão, vale observar a interpretação de Araújo (1996, p. 100) que usa o instrumental do poder carismático weberiano:

O carisma, por definição, reveste-se de características de excepcionalidade, diferentes, portanto, dos princípios organizativos e burocráticos das modernas organizações sociais. Está usualmente associado a uma personalidade individual, dotada de poderes e qualidades excepcionais, de virtudes raras, muitas vezes compreendidas como supranaturais ou como produto da graça divina. Por seus atributos reconhecidos, o líder carismático exerce excepcional influência sobre as pessoas isoladamente ou sobre as multidões, que o seguem numa relação emocional assimétrica regida pela paixão, pela obediência passiva e pelo reconhecimento de suas qualidades heroicas.

Esse carisma aparecia durante o Estado Novo em uma forte vinculação da figura de Vargas e a do “pacto trabalhista”, explicado anteriormente. A lógica de troca de benefícios é muito bem ilustrada por Gomes (2005, p. 231):

⁵ “Os ‘revolucionários’ de 1937 interpretavam o período que vai de 30 até o golpe de novembro como um interregno do projeto de fundação do novo Estado. A Constituição de 1934 era caracterizada como o símbolo maior dos desvios revolucionários, como o resultado do malogro dos acontecimentos de 30, e não como uma de suas possíveis culminâncias” (GOMES, 2005, p. 195).

É ilustrativo recordar que a imagem a que se recorreria nos discursos políticos do Estado Novo para a caracterização do processo de construção da nação/Estado era a da formação de uma grande família, em que o presidente era o “pai dos pobres”, isto é, o pai do povo trabalhador. Nesta posição, ao mesmo tempo poderosa e generosa, ele pedia/exigia total obediência e meso sacrifícios como retribuição.

A centralidade carismática do partido em torno da figura de Vargas pode ser observada no próprio Estatuto⁶ da agremiação. No Capítulo V, no qual as funções administrativas dos órgãos partidários são definidas, tem-se a seguinte norma: “2- O Presidente da Comissão Executiva passará a Presidência do Partido ao Presidente de Honra sempre que este possa assumir as funções, que aquele compete”⁷. Na data da aprovação desse estatuto, em 30 de agosto de 1945, Getúlio Vargas era o presidente de honra do partido (Anexo C), portando, a ele foi dada a prerrogativa de reivindicar o cargo e a função sempre que tivesse interesse em centralizar os processos políticos e administrativos internos.

Porém, por seu caráter extremamente personalista, o carisma individual de Getúlio Vargas era passageiro, sendo dissipado com a morte, literal ou simbólica, de seu detentor. Portanto, o desafio metodológico da sociologia weberiana é entender como esse carisma é institucionalizado. No dizer de Araújo (1996, p.100), “A rotinização do carisma, ou seja, a transferência do poder excepcional do chefe para uma instituição estável e racional, ou mesmo para outra pessoa ou família, não é tema passível de generalizações. De todo modo, algumas tentativas têm sido feitas nessa direção”. As duas formas mais comuns de rotinização do carisma aparecem, ainda segundo Araújo (1996), sob a forma ou de uma estruturação burocrática, na qual o partido abandona seu espírito missionário e adota regras impessoais de funcionamento, ou se estrutura pelas mãos dos seus seguidores mais fiéis, que reivindicam a prerrogativa de continuar a obra do fundador, sendo eles, portanto, “os ungidos”.

Essa lógica de continuidade do poder pela sucessão do carisma aparece em vários momentos da história do PTB, em que se estimula a rivalidade entre figuras centrais dos diretórios estaduais, alcançando até o núcleo familiar de Vargas. Araújo (1996, p. 20) observa que: “Como partido carismático, permeado pela personalidade e pelas ideias de Vargas, o PTB sofreu, desde sua fundação, fortes conflitos internos entre facções de seguidores, o que não raro findava com a eliminação política dos perdedores”.

⁶ Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p.07.

⁷ Previsto no subitem: Do Diretório Central. Note-se que Getúlio Vargas era o Presidente de Honra.

Porém, vale observar que o Poder Carismático está associado ao nacionalismo autoritário⁸, um dos pilares essenciais da ditadura do Estado Novo, e à sua relação com a construção imagética/representativa de Getúlio Vargas ligado às conquistas trabalhistas. Esse nacionalismo autoritário que deve ser considerado na conceituação de “cultura política”, aplicada a espaços sociais diferenciados, que classifica desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos de ordenamento da sociedade, como liberalismo, socialismo e etc. até grupos nacionais ou regionais, conforme definição de Motta (2014). Assim, a “cultura política” poderia ser representada de forma singular ou plural, admitindo a possibilidade da coexistência de padrões culturais coletivos a um povo, por exemplo, uma cultura política brasileira, mas, ao mesmo tempo, convivendo com outras subculturas, que disputam esse espaço nacional.

Motta (2014) busca identificar o que seria uma “cultura política” brasileira singular e encontra no “horror aos conflitos”, que são frequentemente evitados em favor de ações gradativas, moderadas e conciliadoras, um traço distinto de nossa identidade político-cultural.

A força da tradição conciliatória no Brasil talvez seja uma razão para o comtismo ter encontrando tantos adeptos no país. A divisa “ordem e progresso” é a síntese perfeita do espírito conciliador, que entre nós se materializou em arranjos políticos de perfil modernizante-conservador (Motta, 2014, p.30).

Assim, o nacionalismo autoritário deve ser inserido dentro dessa corrente modernizante-conservadora, uma vez que buscava contrapor-se ao ideário político e social da Primeira República, identificado como atrasado e liberal, sobretudo, no que diz respeito à descentralização administrativa e, por consequência, à falta de integração nacional. Na visão de Oliveira Viana:

[...] tornar o Estado um grande centro aglutinador de transformação social, apto a fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara de sua unidade nacional e no sentimento político de um alto destino histórico. Esse alto sentimento e essa cara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado — um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a

⁸ No Brasil, a questão nacional aparece de maneira singular, Fausto (2001) entende que a condição terceiro-mundista do país é um dos fatores explicativos para esse fenômeno. Aqui “[...] e em outros países do que viria a ser chamado Terceiro Mundo, a questão nacional tinha outra dimensão, sendo apropriada tanto pela direita quanto pela esquerda, com diferentes matizes que vão do tradicionalismo ufanista à luta de libertação nacional contra o imperialismo” (FAUSTO, 2001, p. 8).

todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (OLIVEIRA VIANA, 1987, p. 259).

A ascensão de novos atores sociais e políticos ao centro do poder com a Revolução de 1930 transformou drasticamente a configuração do Estado brasileiro. A questão da desintegração nacional passou a ser combatida por diversos formuladores do novo regime, com a necessidade de formação de um ideário nacional e de uma nação unificada.

Em seu diagnóstico da formação da sociedade brasileira e em seu receituário, os nacionalistas autoritários constituíram uma corrente cientificista, na oportuna denominação de autores como Lúcia Lippi Oliveira e José Luis Beired. Pensadores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral trataram de desvendar, com base nas ciências humanas, as razões da existência do Brasil de um povo, mas não de uma nação, buscando definir, a partir desse diagnóstico, os caminhos para a construção nacional (FAUSTO, 2001, p.10).

Capelato (2009) demonstra como, durante o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e outros órgãos ligados à Presidência da República construíram uma vinculação simbólica e prática desse ideário nacional, com a figura de Getúlio Vargas. O Presidente passou a ser apresentado como o personagem central para resolver o impasse da descentralização política e social, condicionando dessa forma, o projeto nacionalista ao chefe máximo do Estado.

Portanto, tem-se, de um lado, o que advoga o cientista político André Singer (2018, p. 54), que a representação eleitoral de um partido com “vocação trabalhista”⁹ é imprescindível aos momentos democráticos de nossa história:

A observação das experiências democráticas de 1945 a 1964 e de 1989 a 2014, separadas pelo intervalo autoritário, permitiram reconhecer um padrão comum, a despeito de inúmeras diferenças. Nos dois casos, um partido popular e um partido de classe média duelaram em torno do problema crucial de como responder à aspiração das massas por maior participação na riqueza nacional.

Tem-se, de outro lado, uma figura que exemplifica de maneira paradigmática o exercício de poder fundado no carisma e no nacionalismo, levando as disputas não só por cargos burocráticos-administrativos, mas, de maneira mais ampliada, pela “alma” do partido. Esses embates aparecem já nas articulações iniciais para formação do processo eleitoral e da estruturação do PTB.

⁹ E, como complementa Gomes (2005, p.282): “Certamente o PTB foi criado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro”.

Neste capítulo, percebe-se, então, que o trabalhismo, o nacionalismo e o poder carismático foram pilares de sustentação do Estado Novo que, como mostrado por Capelatto (2009), tinha como meta a reforma do Estado para promover a centralização administrativa. No fim desse período, porém, por volta de 1943, essas base começaram a ruir e provocaram em Vargas a necessidade de preparar um novo regime, que se estruturou na formação de Partidos Políticos e, especificamente, para Getúlio, do PTB.

3 A FUNDAÇÃO DO PTB

Neste capítulo, vai-se mostrar a influência do trabalhismo e do getulismo na fundação do PTB. Vale observar que os fundadores do partido, na sua maioria, estavam vinculados aos órgãos trabalhistas (públicos e privados) e/ou a Getúlio Vargas que, em última instância, legislava para criar direitos sociais aos trabalhadores. O caráter dualista (trabalhismo vs. getulismo) do Partido é percebido, portanto, já na sua fundação.

As disputas entre Agamenon Magalhães, até meados de 1944, interventor federal em Pernambuco e, no final desse ano, convidado a ser ministro da justiça, e Alexandre Marcondes Filho, ocupando a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, envolveram aspectos centrais ao regime democrático vindouro (GOMES E ARAÚJO, 1987).

O conflito central entre essas duas figuras-chave ocorreu, principalmente, na questão da necessidade ou não de convocação de uma Constituinte. Marcondes Filho entendia que a mudança de regime deveria ter início com as eleições presidenciais e que a Constituição de 1937 deveria ser reformada e submetida a um plebiscito, retirando assim a necessidade de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Marcondes Filho era favorável a inserção de um dispositivo eleitoral chamado *ex-officio*, que possibilitava a inscrição eleitoral em bloco de pessoas que pertenciam a sindicatos, institutos previdenciários e outras associações (GOMES e ARAÚJO, 1987).

Agamenon Magalhães, por sua vez, defendia que o processo de mudança de regime fosse iniciado com a convocação de uma Constituinte que, após estabelecer um regimento constitucional, possibilitasse a convocação de eleições. Um modelo muito semelhante ao adotado em 1934, porém, reforçam Gomes e Araújo (1987) que, em ambos os ritos eleitorais, não havia previsão da inelegibilidade de Vargas.

Apesar da vitória de Agamenon na determinação do rito de mudança de regime, as disputas entre os dois não se limitaram apenas ao processo eleitoral a ser adotado. Os dois representavam os projetos em disputa do final do Estado Novo para a transição do novo regime.

Agamenon foi o nomeado para o Ministério do Trabalho em um momento importante da consolidação do projeto estadonovista, logo após a promulgação da Constituição de 1934. É de sua autoria a ideia dos “sindicatos de carimbo” que são definidos por Gomes (2005, p. 176) como “[...] sindicatos que não tinham existência real, mas possuíam delegados-eleitores e escolhiam deputados classistas.”

Portanto, é a partir da gestão de Agamenon que a ideia de cooptação da classe trabalhadora é desenvolvida, por um lado, o Ministério do Trabalho passa a reposicionar a questão do operariado para dentro do Estado Brasileiro, divergindo muito da posição frágil que ocupou durante a República Velha, mas, por outro lado, valia-se da Lei de Segurança Nacional¹⁰, promulgada em 1935, que dava a possibilidade de uma intervenção nos sindicatos, muitas vezes de maneira violenta. Como ilustra Gomes (2005, p.177): “entre 1935 e 1937, um grande número de sindicatos foi submetido à intervenção, ocorrendo o afastamento e a liquidação de suas lideranças independentes.”

Essa dupla ação do Governo visava consolidar o sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho como o hegemônico, em contraposição aos sindicatos que eram mais ligados a grupos de esquerda, sobretudo a incipiente Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935.

A escolha de Agamenon Magalhães para a pasta do Trabalho teve, portanto, um amplo sentido. A partir de então não mais haveria competição entre propostas concorrentes, nem lutas nos sindicatos ou nas ruas. A repressão ao comunismo tornaria inviável qualquer tipo de ação independente surgida do interior da classe trabalhadora. Um longo silêncio teve início em 1935, reforçando-se em 1937 e perdurando praticamente até 1942. (GOMES, 2005, p. 177 e 178).

Marcondes assume a pasta do trabalho em 1941, e, nos anos subsequentes, é visível uma transformação da atuação do Ministério em relação à questão sindical. Como destaca Gomes (2005), o Ministro fez questão de intensificar, principalmente, a partir de 1943, uma campanha de sindicalização, que tinha como intuito “revivificar o perfil da nossa vida sindical”.

Dentro desse contexto de campanha pela sindicalização, é que surge a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS)¹¹ por meio do Decreto-Lei nº 5.199, de 16 de

¹⁰ Conforme dispunha a Lei nº 38, de 4 de abril de 1935 (BRASIL, 1935a): “Capítulo II: São crimes contra a ordem social além de outros definidos em lei: Art. 14. Incitar directamente o odio entre as classes sociaes. Pena - De 6 mezes a 2 anos de prisão cellualar. Art. 15. Instigar as classes sociaes á luta pela violência” (sic).

¹¹ Decreto-Lei nº 5.199, de 16 de janeiro de 1943 (BRASIL, 1943): “Cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministro do Trabalho, Industria e Comércio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: CONSIDERANDO que os sindicatos tem por fim assistir, sob várias formas, os trabalhadores e melhorar a eficiência do trabalho, razão por que a organização sindical constitue um dos elementos fundamentais do nosso desenvolvimento econômico; CONSIDERANDO que, no Brasil, a outorga das leis sociais procedem a formação de consciência profissional e consequentemente, de espírito de proveitosa agremiação das várias classes de que depende a produção; CONSIDERANDO que o "Fundo Social Sindical" deve ser aplicado em objetivos que atendam aos interesses da organização sindical e que o primeiro e maior desses interesses está na incentivação do próprio espírito sindical, sem o qual a organização não produzirá os resultados de que o país necessita; CONSIDERANDO que os órgãos administrativos, ora existentes, sendo destinados a exigir e promover a aplicação das leis, não podem

janeiro de 1943, que tinha como principais objetivos, conforme seu artigo primeiro: “a) promover o desenvolvimento do espírito sindical; b) divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical; c) organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores; d) prestar aos sindicatos toda a colaboração que for julgada necessária” (GOMES, 2005, p. 251).

As ações “evangelizadoras” das CTOS levaram, em novembro de 1943, ao lançamento do tabloide: `Vargas-Boletim do Trabalhador`, uma publicação destinada aos operários e que chegou a ter uma tiragem de 250.000 exemplares mensais. Todo esse movimento da Comissão, conforme Gomes (2005), levou ao aumento de 15% dos quadros dos sindicatos, segundo estimativas do Ministério do Trabalho.

Essa nova atuação frente ao Ministério do Trabalho também pode ser vista nos movimentos que Marcondes fez para lidar com os antigos dirigentes sindicais, empossados no binômio entre 1935 e 1937, que tinham se encastelado no poder dos sindicatos. “O que Marcondes procurava realizar era uma certa alteração neste quadro. Não que se tratasse de uma investida contra os dirigentes sindicais já estabelecidos, mas sim de um processo de reeducação e de ampliação de seu contingente” (GOMES, 2005, p. 249).

As disputas entre essas duas figuras centrais do Estado Novo (Marcondes e Agamenon) sobre a atuação do Ministério do Trabalho frente à questão sindical desdobraram-se, posteriormente, nas articulações para a formação dos partidos de base governista (PTB e PSD) e que vão ser discutidas mais adiante, neste trabalho, porém, um episódio que ilustra essa rivalidade de projetos, transmutada para uma disputa partidária, foi relatado pelo ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e ex-petebista José Segadas Vianna que, em visita a Agamenon para falar do PTB, ouviu a seguinte frase do (à época) interventor federal em Pernambuco: “Quem chegar em Pernambuco falando em PTB, eu baixo o pau”¹².

Portanto, Agamenon Magalhães e Alexandre Marcondes sintetizaram não só disputas de caráter sindical/partidário, como também contrapuseram duas visões que sustentaram o Estado Novo e que se refletiram no momento de formação dos partidos,

intervir na inscrição sindical, que é facultativa; CONSIDERANDO que, provada a vantagem das leis outorgadas, é dever do Estado estimular e assegurar o seu conhecimento e explicação em benefício dos trabalhadores e do progresso nacional” (*sic*).

¹² José Segadas Vianna (depoimento), FGV CPDOC, 1983, Fita 9, p.5.

em 1945. De um lado, um projeto de caráter mais regional e personalista e, de outro, uma vinculação mais forte com as bases sindicais e a lógica da "troca orientada" como mostra Gomes (2005).

Além da disputa político partidária, no que diz respeito à reforma eleitoral discutida, pode-se observar também duas correntes jurídicas distintas. Agamenon defendia um procedimento constitucional mais próximo do de 1934 (amplamente criticado pelos estadonovistas por seu caráter "excessivamente liberal"), já Marcondes aproximava-se mais da Carta de 1937, uma vez que, como pontua Gomes (2005), foi durante seu mandato a frente do Ministério do Trabalho que o corporativismo se consolidou.

Porém, é importante ressaltar que ambos os projetos contavam com pontos comuns (além da possibilidade de Vargas ser candidato no pleito de 1945, como já mencionado), visto que ambos conservaram o ideário corporativista como uma nova linguagem política.

O estímulo à sindicalização passava por uma série de procedimentos práticos de propaganda, mas envolvia igualmente a divulgação da natureza de nosso regime sindical. Desta forma, é justamente a partir de 42/43, isto é, nos anos finais do Estado Novo, que se vai encontrar uma articulada explicação do que se chamava da época o "corporativismo brasileiro" (Gomes 2005, p.253).

Isso posto, como já observado, o rito adotado para o processo eleitoral de 1945 foi o de Agamenon¹³, que instalou uma Comissão oito dias depois de assumir a pasta da Justiça. Uma orientação básica foi emitida por essa Comissão, com cinco pontos centrais: a adoção de um alistamento mais simples e o *ex-officio*, além de voto secreto; justiça eleitoral autônoma; apuração rápida e imediata; e partidos nacionais. Esse último ponto necessita de uma atenção especial como destacam Gomes e Araújo (1987, p. 9):

[...] é particularmente significativo, porque indica que, quando Agamenon assume o ministério, a discussão sobre a nova estrutura partidária havia chegado a termos definidos. Dada a tradição regionalista da política brasileira, as decisões sobre a questão partidária certamente tinham que passar pelo

¹³"Em 28 de maio de 1945, foi publicado o Decreto-lei n.7.586 (Brasil, 1945) - conhecido como *Lei Agamenon*-, que regulamentava o retorno da democracia no país. A nova legislação pautou o retorno das instituições criadas em 1932, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas instâncias regionais, bem como regulamentou o ressurgimento dos partidos políticos. Estes tinham o monopólio da representação - para um indivíduo se candidatar a qualquer cargo político eletivo, era necessário se filiar a uma das legendas existentes. Via de regra, os partidos eram obrigados a se constituir em bases nacionais, com pelo menos dez mil assinaturas de eleitores distribuídas em no mínimo cinco estados da federação. Além disso, a legislação autorizava candidaturas múltiplas, em que um candidato poderia concorrer a vários cargos, em diversas unidades federativas, em uma mesma eleição". (MAYER, 2018, p.98).

exame da necessidade de se constituírem partidos nacionais. Neste aspecto, apenas Fernando Costa, interventor paulista e Benedito Valadares, interventor mineiro, defenderam a ideia dos partidos regionais. Porém, não era essa a única dificuldade existente para a montagem de novos instrumentos partidários. Certamente havia que se decidir sobre o "tipo" de partido "situacionista" que iria ser formado, ou seja, em que bases se estruturaria sua força.

Analisando de maneira mais detalhada a Lei Agamenon, verifica-se traços muito evidentes tanto do projeto de Estado corporativista que estava em construção desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder como de resquícios do antigo modelo descentralizado da política pré-1930.

A Lei de 1945 retoma os procedimentos do Código Eleitoral de 1932¹⁴, porém, com algumas importantes adaptações, que deram à Lei Agamenon eficácia imediata e, portanto, vetor político essencial para a transição ao novo regime.

Segundo Souza (1990), quatro alterações foram fundamentais: a) Quanto ao Registro de Partidos: (1) Organização em Bases Nacionais e (2) Concessão e cassação de registro partidário; b) Quanto ao registro de candidatos; c) Quanto à representação: o mecanismo das sobras; d) Quanto ao alistamento eleitoral: o *ex-officio*.

Em breve análise desses itens, no primeiro, vale destacar a necessidade de serem apresentadas 10 mil assinaturas de eleitores, distribuídas entre pelo menos cinco Estados, sem que nenhum Estado tivesse menos de 500 assinaturas. Ainda no que se refere a esse primeiro ponto, conforme artigo 114 do Código Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral poderia negar o registro de qualquer partido cujo programa fosse “contrário aos princípios democráticos e aos direitos fundamentais.”¹⁵

No que diz respeito ao segundo item, mostra Souza (1990, p. 118 e 119), que os artigos 39 e 42 não deixavam dúvidas:

Somente poderiam concorrer candidatos registrados pelos partidos políticos ou por alianças de partidos; um candidato poderia concorrer por mais de um partido para os cargos regidos pelo princípio majoritário, mas somente por um partido ou coligação partidária para os cargos regidos pelo princípio proporcional” e complementa “Um candidato poderia concorrer simultaneamente para presidente, senador e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado.

O terceiro ponto analisado por Souza (1990) discute a representação em si. Enquanto os cargos executivos e o cargo ao Senado eram ocupados por eleitos em votação majoritária, o sistema proporcional era adotado para a Câmara dos Deputados e para os

¹⁴ Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 (BRASIL, 1932).

¹⁵ O Decreto-lei nº 8.063, de 10 de outubro de 1946, aprofunda a discussão com a inclusão do artigo 26, que permitia o cancelamento de registro de partido “que recebesse orientação política ou contribuição em dinheiro do exterior” (BRASIL, 1946).

legislativos estaduais. Nessa representação proporcional, um quociente eleitoral era determinado pelo resultado da divisão do número de votos válidos mais votos em branco pelo número de cadeiras a serem preenchidas. Cada partido teria direito a uma quantidade de assentos a partir da divisão de votos obtidos pelo quociente eleitoral. Ainda conforme Souza (1990, p. 120): “Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição; em vez de aos candidatos individualmente mais votados, como previa o Código de 1932”.

O último dos itens analisados é, sem dúvida, o mais polêmico e questionado pela oposição no período. O alistamento eleitoral *ex-officio*¹⁶ permitia, segundo o artigo 23, o registro de blocos de eleitores com base em listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Os resultados desse dispositivo puderam ser observados já nas eleições de 1945, pois: “O alistamento *ex-officio* correspondeu a 23% da votação nacional em 1945, e nada menos que 54% no Distrito Federal, 33% em São Paulo, 31% no Estado do Rio, 21% no Rio Grande do Sul, 21% em Pernambuco, 17% na Bahia e 15% em Minas Gerais” (SOUZA, 1990, p. 121).

O alistamento foi responsável por um aumento substancial do número de eleitores para o pleito de 1945: 6,168 milhões de eleitores, 329% a mais que em relação às eleições de 1933. (NICOLAU, 2002).

Além de uma institucionalização legislativa, o processo formativo do PTB enfrentava dificuldades práticas. A relação entre Getúlio e diversos outros atores políticos relevantes, sobretudo as Forças Armadas estavam no centro de diversas disputas no período. Especificamente sobre as tensões entre Vargas e as Armas, Carvalho (2005) retoma brevemente as diferentes etapas desse relacionamento, periodizando em três momentos: (i) primeira fase - namoro (1930-1937); (ii) segunda fase - lua de mel (1937-1945); e (iii) terceira fase - divórcio (1945-1964).

Dentro da primeira fase, Getúlio valeu-se de sua habitual *virtù* e incentivou a rivalidade dos dois militares mais proeminentes de seu governo: Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. “Vargas percebeu sem dúvida o aspecto complementar

¹⁶ “No título eleitoral, constavam os seguintes dados: nome do eleitor, idade, filiação, naturalidade, estado civil, profissão e endereço. Nas futuras eleições, na esteira do determinado ainda nos anos 30 pela Lei nº 48, de 4 maio de 1935, confirmaram-se o voto secreto e a representação proporcional. Quanto ao primeiro, o sigilo era garantido pelo emprego de sobrecartas oficiais, uniformes e opacas. O presidente da mesa receptora as rubricava à proporção que elas eram entregues aos eleitores, os quais, por seu turno, dirigiam-se a gabinetes privados para colocar as cédulas reservadamente nos envelopes. Logo após, a sobrecarta oficial era introduzida em um receptáculo – a urna – cujo tamanho impedia o empilhamento dos envelopes durante o processo de votação. Além do mais, a urna devia assegurar a inviolabilidade do sufrágio” (BRASIL, 2008).

da dupla de generais. A liderança intelectual de Góis aliada à disciplina e à lealdade de Dutra garantia sua base militar. Quando necessário, usava um contra o outro para mantê-los sob controle” (CARVALHO, 2005, p.158).

As tensões que levaram as três Armas a agir conjuntamente, de maneira inédita, segundo Carvalho (2021), e depor Vargas em outubro de 1945 não foram os únicos episódios que marcaram essa conflituosa convivência no período. O PTB teve sérias dificuldades para encaminhar o registro definitivo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No dizer de Lira Neto (2014, p.32):

Sob o pretexto de apreender material subversivo, a polícia dera uma batida na sede da agremiação e de lá retirara caixas e mais caixas de documentos, incluindo as listas de assinaturas necessárias ao reconhecimento oficial da legenda. Fora preciso lançar mão de um artifício extralegal para requerer o devido registro. Com a cumplicidade de um secretário do Supremo Tribunal Federal - o futuro deputado Edmundo Barreto Pinto -, as cerca de 10 mil assinaturas exigidas pela Justiça Eleitoral foram simplesmente surrupiadas do processo encaminhado pelo PSD e, sem maiores cerimônias, anexadas à papelada do PTB.

Dentro das articulações para a formação partidária, a possibilidade de uma agremiação única de base governista foi imaginada. Gomes e Araújo (1987) afirmam que a formulação do PSD ocorreu em torno dos interventores estaduais, com bases eleitorais nitidamente regionais. Levando naturalmente o outro pilar governamental dos trabalhistas: os sindicatos e o Ministério do Trabalho a formar o PTB.

A criação desses dois partidos políticos não resulta de um cálculo maquiavélico que buscava distinguir bases diferenciadas de apoio político. Ao contrário, o PSD e o PTB emergem como solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (UDN) e de uma forte esquerda organizada (PC) forçavam a tomada imediata de decisões políticas (GOMES e ARAÚJO, 1987, p. 12).

Assim, se, por um lado, as articulações eleitorais tinham uma estrutura palaciana, por outro, a fundação do PTB, em 15 de maio de 1945, trouxe ao imaginário brasileiro a concepção de um partido que representasse legitimamente os trabalhadores. Araújo (1996) relata que a tentativa de estabelecer um partido operário não era inédita na data da criação do PTB. Mesmo antes da criação do PCB, em 1922, vários partidos de orientação operária surgiram nas principais cidades, desde o fim do século XIX.

O que tornava o PTB inovador, para Araújo (1996), eram as íntimas relações que o partido estabelecia com o sindicalismo corporativo instituído no Brasil durante o Estado Novo.

Apesar da centralidade inescapável da figura de Getúlio Vargas, Araújo (1996) mostra que, em seus primórdios, a maioria dos cargos diretivos do PTB foi ocupado pelos trabalhadores.

No Rio Grande do Sul (que serve de exemplo para outros diretórios estaduais), dois dos protagonistas da Seção Regional foram José Vecchio, presidente do Sindicato de Carris Porto-Alegrense e Sílvio Sanson, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Porto Alegre, que ocuparam, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da seção gaúcha. Além disso, a ata de fundação do respectivo diretório eleitoral contava com assinatura de 12 representantes sindicais, entre eles 7 presidentes de sindicato.

O exemplo de José Vecchio é sintomático para a vocação sindical que o partido possuía em seus primórdios. Amaral (2020, p. 1) mostra que:

As experiências da trajetória de José Vecchio são importantes para visualizar lideranças e articulações desses movimentos a partir dos anos de 1930. Ao longo dos anos anteriores, ele já se estabelecia no meio operário na Cia Luz e Força dos bondes de Porto Alegre, ainda menor de idade, a partir da influência de seu pai que já trabalhava no local. Essas experiências desde muito cedo levaram Vecchio a se mostrar indignado com as condições que se apresentavam, o levando desse modo a se articular com demais trabalhadores, construindo as bases que deram sustentação para a organização sindical.

A aproximação de Vecchio com o getulismo aconteceu de maneira natural durante os anos 1930. Segundo Amaral (2020, p. 5), as constantes batidas policiais em reuniões de trabalhadores, muitas vezes com agressões, prisões e até mortes, despertaram no operário o desejo por melhores condições. “O nome de Getúlio Vargas chegava ao menos para Vecchio como uma esperança de mudança na realidade operária”.

Alberto Pasqualini (2005, p. 93 a 109) é outro personagem que mereceu destaque na sessão gaúcha do PTB, pois exerceu a profissão de advogado, ocupou o cargo de Secretário de Estado responsável pela Justiça e Assuntos Internos durante o governo do interventor General Cordeiro de Farias (1938-1943). Além disso, atuou como senador e concorreu duas vezes ao cargo de governador do Estado. Destacou-se como um defensor dos direitos humanos, adotando uma abordagem ecumênica dentro da fé católica, e era um fervoroso ideólogo do movimento trabalhista. Em seu programa de governo¹⁷,

¹⁷ No discurso, o então candidato, Alberto Pasqualini disse: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer” (PASQUALINI, 2005, p. 94).

apresentado na época em que concorreu ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, percebe-se esse traço mais voltado para o Partido Trabalhista Inglês:

1.A política do Governo do Estado será conduzida no sentido do desenvolvimento de sua economia das forças da produção e do progresso social. Na realização desses objetos, o Governo terá sempre em vista os interesses das classes trabalhadoras. 2. Nas suas relações com as empresas privadas, o estado não deverá considerar o capital como mero instrumento produtor de lucro, mas como meio de expansão econômica de bem-estar coletivo. Somente sob essas condições poderão tais empresas receber o estímulo e o apoio do poder público. 3.Governo deverá proteger o povo contra todas as formas de exploração (PASQUALINI, 2005, p.94).

Vale como exemplo também dessa íntima relação entre alta cúpula partidária (em seu início) e o movimento sindical brasileiro, o apresentado por Araújo (1996), revelando que, na data do requerimento de registro eleitoral no TSE, o partido possuía um Diretório Nacional Provisório composto por 30 sindicalistas. À frente do diretório estavam três nomes: Luís Augusto França, como presidente, Antônio Francisco Carvalhal, secretário, e Paulo Baeta Neves, tesoureiro.

No Estatuto do Partido¹⁸, diretamente vinculado à sua fundação, na terceira sessão, intitulada “Econômico-Sociais”, nota-se uma defesa mais enfática desse papel representativo do operariado:

[...]
 C) - Defesa dos princípios da legislação trabalhista brasileira e aprimoramento de seus dispositivos,
 D) - Oportunidade para um emprego útil e regular, acessível a todos os cidadãos, com salários justos que permitam um nível de vida razoável,
 E) - Aprimoramento profissional e intelectual dos, de modo a lhes assegurar possibilidades de acesso;
 F) - Proteção adequada da saúde e vida dos trabalhadores em todas as atividades [...].

O quadro de fundadores do PTB trazido por Araújo (1996) ajuda a aprofundar essa visão que o partido reivindica no imaginário brasileiro como representante trabalhista:

¹⁸ Arquivo Alexandre Marcondes Filho, CPDOC (AMF) - c 1945.05/09.00.

Quadro 1- Fundadores do PTB

Os fundadores do PTB, como consta nos registros do Tribunal Superior Eleitoral, foram:
Luís Augusto França, presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional do Trabalho.
Antônio Francisco Carvalhal, fundador e presidente do Sindicato dos Empregados em Moinho do Rio de Janeiro, deputado classista de 1935 a 1937, membro da Comissão do Imposto Sindical e presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Rio de Janeiro. Em 1946, seria um dos organizadores da Confederação dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e, posteriormente, juiz classista no Tribunal do Trabalho.
Paulo Baeta Neves, bacharel e sindicalista mineiro, secretário da Federação das Uniões dos Vendedores e Viajantes Comerciais do Brasil durante o Estado Novo e também membro da Federação dos Sindicatos dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal em 1945.
Nelson Procópio de Sousa, marítimo.
Moisés Coutinho, presidente da Federação Nacional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares.
Aldemar Beltrão, membro do Conselho da Federação Nacional dos Marítimos. Sebastião Luis de Oliveira, portuário, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador.
Sebastião Luis de Oliveira, portuário, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador.
Calixto Ribeiro Duarte, do Sindicato dos Comerciais, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro. Entre 1946 e 1951 ocupou a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).
Odilon Furtado de Oliveira Braga, presidente do Sindicato e da Federação dos Vendedores Viajantes do Rio de Janeiro. Faria carreira no PTB/DF.
Luís França Costa, médico de sindicatos.
Manuel Antônio Fonseca, do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro.
Francisco Gurgel do Amaral Valente, advogado de sindicatos. Foi eleito deputado federal em 1945 e assumiu a liderança do PTB na Câmara dos Deputados.
Sindulfo de Azevedo Pequeno, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbanos do Leste do Brasil.
Antônio Francisco dos Santos de Sousa.

Célia Garrido, funcionária do Ministério do Trabalho.

Eliezer Cruz, presidente do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro e um dos organizadores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores em Comércio (laptec).

Carlos Nery, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos. Assumiu um cargo no diretório municipal do partido no Distrito Federal.

Romeu José Fiori, advogado sindicalista de São Paulo, onde se filiaria inicialmente ao PSD. Assumiu um cargo no diretório municipal do partido no Distrito Federal.

Hilda Leite, trabalhadora no ramo de fiação e tecelagem. Assumiu um cargo no diretório municipal do partido no Distrito Federal.

Todos eles iriam integrar o primeiro Diretório Nacional Provisório do PTB, integrado ainda por: Antônio José da Silva, padeiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação do Rio de Janeiro, eleito deputado federal em 1945; Francisco Pinto de Almeida; Jovelino Fernando Alves, estivador; Antônio de Oliveira Aguiar, da Federação dos Estivadores do Rio de Janeiro; Alcides Tenório Leite; Antônio de Sousa; Luís Ribeiro Duarte, funcionário do Ministério do Trabalho; Manuel Barbalho de Oliveira, presidente do Sindicato dos Barbeiros do Rio de Janeiro; Euclides de Sousa; e Paulo Morrot.

Fonte: ARAÚJO (1996, p. 29 e 30), com adições feitas pelo autor (2023).

Na documentação de fundação do partido, há um organograma¹⁹, no qual é possível observar que o Diretório Nacional era o principal órgão da agremiação, seguido da Comissão Executiva Nacional, depois dos Diretórios Estaduais e dos Diretórios Municipais com seus respectivos desdobramentos, conforme Anexo A. O artigo 8º do Capítulo V do Estatuto do partido²⁰, previa que:

Art. 8º. A Convenção Nacional, órgão soberano do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, é constituída pela reunião dos representantes de todos os Diretórios Estaduais, do Diretório do Distrito Federal e dos Territórios, devidamente credenciados, em número de dois (2) para cada Estado.

Dentro da estrutura de cada um dos Diretório Estaduais, tem-se acesso, por outro documento²¹, ao número de cidades contempladas como um Diretório Municipal: No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, 11 cidades contam com sedes locais do PTB; em

¹⁹ Arquivo: Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01 – p. 2.

²⁰ Arquivo: Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p. 6, no documento *Estatuto PTB*.

²¹ Arquivo: Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p. 3.

São Paulo, são 26; no Rio Grande do Sul, 17; em Pernambuco, 14; e assim sucessivamente (a relação completa pode ser verificada no Anexo B).

O papel de destaque que o Ministério do Trabalho teve na mobilização e recrutamento sindical em 1945 foi reconhecido por Segadas Viana, ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e petebista do Distrito Federal. As relações entre as centrais sindicais e o Ministério apareceram, sobretudo, na figura do ministro Alexandre Marcondes. Fausto (2021) calculou que ele teria dado mais de duzentas palestras entre janeiro de 1942 e julho de 1945, sem contar as falas diárias na *Hora do Brasil* e transcritas no dia seguinte para o jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*:

O Sr. Presidente da República expediu o decreto-lei que dispõe sobre o recolhimento, a aplicação e a fiscalização do imposto sindical. Trata-se de um dos mais importantes diplomas da legislação social brasileira. De um lado constitui complemento do decreto que tornou efetiva a contribuição, pois estabelece as regras sobre o seu destino, num sentido superior e conforme às necessidades das classes trabalhadoras. De outro, representa a última fase, a cúpula da ordem legislativa sindical. De agora por diante, o Estado e as entidades sindicais se encontram devidamente aparelhados para a realização do aperfeiçoamento dos grupos profissionais e econômicos, e elevação dos indivíduos que os integram, cumprindo-se o preceito do Sr. Presidente da República, que preconiza a harmonia, a cooperação e o conagraçamento das várias classes sociais” (MARCONDES, 1942).

A transcrição acima se refere a fala de Marcondes logo após a presidência ter instituído uma Comissão de Imposto Sindical, tema caro tanto ao fortalecimento dos sindicatos no período quanto, posteriormente, à correlação entre o Ministério do Trabalho e o PTB.

A Comissão de Imposto Sindical foi essencial para Antônio Francisco Carvalhal, também fundador do PTB, eleito deputado federal em 1935, como representante classista dos trabalhadores da indústria. Segundo os *Diários do Congresso Nacional*, sua atuação à frente do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares o levou a ser um dos signatários do manifesto da entidade contrário à Lei de Segurança Nacional, que havia sido recém-aprovada. A aproximação dele com o Ministério do Trabalho e, posteriormente, com o PTB ocorreu na mesma Comissão do Imposto Sindical mencionada, no ano de 1943. Sua estreita relação com o movimento trabalhista continuou

no ano de 1946, quando foi um dos fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), por meio do Decreto nº 21.978/46²².

O PTB nasceu em meio a tantas disputas fratricidas como um partido gestado dentro do Ministério do Trabalho e que tinha, nas relações com os sindicatos, as bases sociais da agremiação. Essa vinculação direta entre ambos pode ser pensada a partir de dois conceitos complementares: o de corporativismo e, por extensão, o de cidadania regulada.

O corporativismo brasileiro, no dizer de Gomes (2005, p. 257), precisa ser entendido como um projeto que visava se contrapor tanto ao liberalismo como ao socialismo. Ou seja, “Cumpria fugir de ‘dois grandes erros’ o do individualismo do liberalismo burguês, que reduzia o Estado à impotência, e ao coletivismo do socialismo de Estado, que sacrificava o homem a um Estado demasiadamente forte”. No entanto, para além de um projeto alternativo, o corporativismo incorporava a ideia da “totalidade” entre o povo e o Estado.

Ser cidadão - integra o mundo definido como da política - era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir a carteira de trabalho); e moral (compreender o trabalho como um dever/direito). Cidadania era pertencimento, e, nesse aspecto, a noção de religião civil de Rousseau presta-se admiravelmente bem à reflexão. O presidente/Estado não era temível soberano de Hobbes, mas muito mais um legislador de Rousseau, que formalizando as leis pelas quais o povo estabelecera o contrato, não submetia ninguém e a todos abarcava completamente” (GOMES, 2005, p. 229).

O corporativismo pode, dessa forma, ser pensado a partir da relação entre Direitos Políticos e Direitos Sociais, uma vez que, dentro do projeto do Estado Novo, a instância de representação política se daria pela própria estrutura sindical, condicionando não só a participação pública a uma esfera reduzida de atuação, mas, também, a necessidade de uma vinculação formal empregatícia.

O povo eram os que trabalhavam, por distinção aos que estavam fora- os desempregados, os mendigos, os criminosos ou os subversivos, em suma os marginais. Estes não recebiam e não retribuía, logo não se comunicavam e não eram reconhecidos. Contudo, esta condição não precisava ser definitiva. O espaço político tinha uma porta bem nítida

²² Decreto nº 21.978, de 25 de outubro de 1946 (BRASIL, 1946): “Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, atendendo ao que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, e, usando da atribuição que lhe confere o art. 537, § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, DECRETA: Artigo único. Ficam reconhecida a Confederação Nacional dos Trabalhos na Indústria, com sede na Capital da República como entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesse profissionais dos trabalhadores na indústria em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pela Consolidação das leis do Trabalho” (sic).

que permitia a passagem para dentro. O comprometimento pelo trabalho - entendido em *lato sensu* - significava ganhar identidade política, isto é, passar de um modo de ser para outro. Assim, o povo era um conjunto que tinha “vida comum” sancionada pelo Estado (GOMES, 2005, p. 231).

Portanto, o Estado brasileiro era produto tanto da vontade nacional inconsciente, o povo, como de uma vontade racional consciente, o legislador, no caso, Getúlio Vargas. Essa completa integração da nação ao corpo burocrático ocorreria por meio das corporações. “O corporativismo brasileiro consagrava o direito de a própria produção organizar-se através de sindicatos, definidos como órgãos coordenados pelo Estado, no exercício de funções delegadas pelo poder público” (GOMES, 2005, p. 258).

Nasce justamente dessa vinculação entre Povo e Governo, a conceituação de “cidadania regulada”, feita por Santos (1979, p.74):

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da Cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.

Gomes (2005, p. 232) complementa:

“O povo tinha o direito de receber, e, portanto, o dever de retribuir. Ao contrário, ele não tinha o direito de não receber, pois isto significaria não ter o dever de retribuir. Daí porque não retribuir - não pertencer, não trabalhar - era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança”.

Portanto, corporativismo, cidadania e trabalhismo precisam ser pensados dentro de um mesmo recorte político-histórico, que foi o período do Estado Novo, e é fundamental acompanhar suas continuidades no vindouro sistema de partidos que vai se estruturar a partir de 1945. Como pontua Gomes (2005, p. 261):

Qualquer que fosse o sistema partidário adotado, trabalhismo e corporativismo sobreviriam. A Constituinte de 1946, longe de subverter a dinâmica de nosso processo político ao manter o modelo de sindicalismo corporativista na Carta Constitucional, concluiu um processo político que se gestava desde o pós-42 com os olhos voltados para o término do Estado Novo e o retorno do país à vida da liberdade liberal-democrática”.

A noção de corporativismo pode ser encontrada no Programa²³ do Partido Trabalhista Brasileiro, no item denominado: *O Espírito de Solidariedade Entre Todos os Cidadãos*: “[...] 24 - Desenvolvido do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da pátria” (*sic*). Completando, portanto, as ideias de totalidade entre os indivíduos e o Estado e da permanência dessa lógica na configuração do PTB.

Essa continuidade de valores corporativistas dentre da estrutura do PTB pode ser vista no item 7 do segundo capítulo do Estatuto²⁴: “[...] obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz, com emprego útil e regular, mediante salário razoável que lhe permita, em máximo de oito horas, obter os meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna [...]”. Nesse item, defesa do ideário trabalhista e “cidadania regulada” confundem-se (SANTOS, 1979). O partido defende medidas para melhorar objetivamente a condição dos trabalhadores no exercício de sua função, mas condiciona a participação na vida pública a obrigatoriedade do exercício de uma atividade profissional.

Outro exemplo de continuidade entre o Estado Novo e o PTB pode ser observada no item 17 do mesmo Estatuto do Partido²⁵: “[...] planificação econômica atingido todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atenda a todas as necessidades internas e externas, assegurando, a baixo custo, as utilidades essenciais a todos os trabalhadores” (*sic*). É de se observar que a estrutura política do Estado Novo ganha endosso no programa petebista como modelo político a ser adotado caso o partido chegasse ao poder por vias democráticas.

Analisando, portanto, esses dois exemplos, pode-se identificar a ligação inegável entre a antiga estrutura do Ministério do Trabalho (e sua forma de conduzir a questão sindical) e a nova agremiação partidária, que nasceu herdeira dessa lógica de funcionamento.

²³ Arquivo: Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p. 9, no documento *Programa PTB*.

²⁴ Arquivo: Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p. 2, no documento *Estatuto PTB*,

²⁵ (BRASIL, 2022).

4 QUEREMISMO E A ELEIÇÃO DE 1945

4.1 Queremismo

Neste capítulo, vai-se mostrar que o queremismo, as articulações para a formação do PTB e as eleições que ocorreram em 2 de dezembro de 1945²⁶ coincidem nesse intrincado ano transitório para definir o que viria a ser o período democrático brasileiro entre 1945 e 1964.

O movimento queremista teve sua origem no episódio, anteriormente citado, ocorrido em março de 1945, da entrevista do político paraibano José Américo de Almeida, com a consequente inflamação dos estudantes do Largo São Francisco e a reação adversa de um estrato substancial da população contra aqueles universitários. Ferreira (1998) afirma que a oposição a Getúlio Vargas se tornava progressivamente mais ruidosa à medida que a autoridade do mandatário parecia cada vez mais questionada. Os ataques dos adversários do Presidente, sobretudo, os vinculados aos jornais, desmereciam particularmente a legislação trabalhista, relacionando a ligação entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos ao fascismo italiano: "Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro" (FERREIRA, 1998, p. 71).

A oposição ao autoritarismo de Vargas ganhou contornos materiais com as manifestações dos universitários do Centro Acadêmico Onze de Agosto, na Praça da Sé. Segundo Ferreira (1998), além dos diversos cartazes que pediam: "Anistia aos presos políticos" ou "Fora o getulismo", os oradores revezavam-se, pedindo a morte do Estado Novo, vivas a democracia e dirigindo ofensas a Getúlio, em linguagem contundente, "[..] Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico declarou: "Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante, Pela Democracia!" (FERREIRA, 1998, p.71).

As manifestações populares em oposição às reivindicações estudantis surpreenderam a muitos. Centenas de trabalhadores, descritos como pessoas de "aparência humilde", chegaram à praça batendo panelas e vaiando os universitários.

Os trabalhadores, ainda mais revoltados, bateram mais forte nas panelas e, aos gritos, exclamaram: 'Abaixo o P.R.P.!', 'Viva os trabalhadores!' e, surpreendentemente, 'Nós queremos Getúlio!'. Sem condições de continuarem o comício, os estudantes, desalentados, se dispersaram, e a multidão, com suas

²⁶ (BRASIL, 2022).

panelas, apoderou-se da praça. Dias depois, em Belo Horizonte, novos distúrbios de rua ocorreram quando populares presenciaram a oposição insultando Vargas em um comício” (FERREIRA, 1998, p. 72).

Ferreira (1998) relata que esses trabalhadores foram descritos, nos principais veículos de imprensa como desordeiros, provocadores, bêbados, violentos e toda a sorte de ofensas imagináveis. Ainda dentro dos círculos de oposição a Vargas, ligados aos grandes jornais, buscava-se racionalizar o fenômeno, pendendo desde a influência do nazismo até uma mentalidade obscurantista para justificar o substancial apoio popular dado a Getúlio e seu movimento político.

Porém, Ferreira (1998) tem outra explicação para tamanha adesão popular; o termo “queremos Getúlio” expressava o receio de que uma democratização, sem o controle do Presidente, ameaçasse as conquistas sociais e trabalhistas alcançadas pelos trabalhadores desde os anos 1930. Portanto, a lógica simbólica descrita por Gomes (2005) como essencial para o entendimento do trabalhismo brasileiro é indispensável para a compreensão do queremismo como movimento autônomo, no primeiro momento, de defesa não só de Vargas, mas do que ele simbolizava. Hugo Borghi, empresário e líder queremista, reforça essa tese ao afirmar que: “A UDN conseguiu unir a direita e a extrema-direita, todos os jornais, rádios e televisões atacaram o Getúlio frontalmente, mas esqueciam que estavam atacando a obra trabalhista do Getúlio. E havia nitidamente uma luta de classes travada. Eu sentia aquilo”²⁷.

Pode-se reconhecer as reivindicações dos trabalhadores em torno do movimento, no cartaz produzido para o ato do dia 2 de março de 1945. O que chama a atenção na peça são alguns dos itens mencionados sobre os motivos pelos quais eles queriam Getúlio:

Porque Getúlio fez de um país uma grande potência; Porque Getúlio é um gênio político de que o Brasil se orgulha e o brasileiro se envaidece; Porque Getúlio só tem compromissos com os homens que trabalham e por eles é estimado; Porque antes de Getúlio o trabalhador, o vagabundo e o criminoso, se confundiam no mesmo caso de polícia; e por fim; Porque Getúlio viu que o trabalhador tinha deveres e lhe deu direitos: tinha família e lhe deu assistência; tinha fome e lhe deu pão; estava doente e lhe deu hospital; que ficava velho e lhe deu aposentadoria; que morria e lhe garantiu a família; que o trabalhador tinha filho e lhe deu escola; que o operário era homem e lhe deu a mão; enfim, Getúlio viu que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015).

O queremismo, que se formou inicialmente como um conjunto de manifestações em resposta às ofensas dirigidas a Vargas, passou a ser, a partir de julho, um movimento

²⁷ Hugo Borghi (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1982, p. 47.

político mais organizado: "[...] sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal e o apoio, discreto, do DIP, do Ministério do Trabalho e de empresários que apoiavam o governo" (FERREIRA, 1998, p.74).

Ferreira (1998) relata que, na cidade do Rio de Janeiro, comícios relâmpagos eram realizados. Nas embarcações que ligavam a Capital Federal a Niterói, líderes queremistas discursavam para os trabalhadores que, nos fins de tarde, estavam voltando para suas casas e, ao término dos discursos, muitos deles aplaudiam os oradores e davam "vivas" ao Presidente.

Seguindo uma institucionalização maior do movimento, entre 15 e 18 de agosto, uma campanha nacional coordenada foi lançada em todo país com o intuito de mobilizar a população em torno de um grande comício queremista. Ferreira (2003) mostra que foi programado para o dia 20 daquele mês esse grande ato inicial e que ele seria o primeiro de muitos que aconteceram até a deposição de Vargas. O ritual adotado nesses comícios era o mesmo: milhares de pessoas reuniam-se no Largo do Carioca para ouvir discursos e depois caminhavam até o Palácio Guanabara para falar diretamente com o Presidente.

Ferreira (2003) conta que, cinco dias antes do comício do dia 20, Luís Carlos Prestes, em telegrama enviado a Vargas e que foi tornado público, comunicou que o partido decidira encabeçar a luta por uma Assembleia Constituinte para ser instalada antes da eleição presidencial. O Partido Comunista assumiu, a partir desse momento, o lema "Constituinte com Getúlio".

O movimento queremista deixava o recém-criado PTB em uma posição política delicada: "Embora oficialmente apoiasse a candidatura do general Dutra, às vésperas do comício suas seções de Minas Gerais e da Paraíba, logo seguidas pelas de outros estados, aderiram à proposta de continuidade de Vargas na presidência" (FERREIRA, 2003, P. 24)

Ferreira (2003) esclarece que o queremismo e o PTB não podem ser confundidos, apesar das semelhanças de "ideias", pois tinham estruturas internas distintas, note-se que os membros dos diversos núcleos e comitês queremistas espalhados pelo Brasil evitavam ingressar no partido, mesmo sendo trabalhistas.

Uma vinculação aberta entre PTB e Vargas em termos eleitorais comprometeria o ministro e o Ministério do Trabalho; comprometeria o próprio partido e, sobretudo, todo o processo de transição, já o queremismo era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo, quanto podia efetuar todos os tipos de alianças, sem qualquer comprometimento maior. (GOMES, 2005, p. 284)

Na última semana de agosto, os queremistas dedicaram-se à organização de um novo grande comício, nomeado de “dia do fico”, a Capital Federal foi tomada por cartazes e panfletos propagandeando o evento. O objetivo e a data da marcha foram escolhidos devido ao rito eleitoral ²⁸ que precisava ser cumprido, ou seja, para ser candidato à presidência, Vargas precisava se desincompatibilizar do cargo até o dia 3 de setembro, quatro dias depois do ato, mas, para a frustração de seus apoiadores, ele não o fez.

Porém, mesmo desapontando a multidão queremista que esperava uma tomada de ação mais direta por parte do Presidente, Ferreira (2003) entende que as imensas articulações e manifestações ocorridas em favor de Vargas demonstravam uma força política enorme e uma capacidade de mobilização popular que só reforçou a tese apresentada por Gomes (2005) sobre o papel protagonista que os trabalhadores passaram a ocupar após a ascensão do político gaúcho ao poder. A lógica do pacto que fundou as bases do trabalhismo brasileiro confundia-se com a figura de Getúlio de maneira intimamente intrincada, portanto, a defesa do indivíduo representava, em última instância, a defesa da causa.

O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação - direta e emocional - que ele se propunha manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível (GOMES, 2005, p. 284).

Assim, mesmo sem se desincompatibilizar do cargo no prazo definido, existia um clima de otimismo em relação à possibilidade da Assembleia Constituinte e da candidatura de Vargas. Como mostra Ferreira (2003), a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN não estava solidificada, e Dutra não tinha consolidado sua posição frente aos operários, aumentando, assim, as chances de Getúlio no pleito, principalmente pelas enormes demonstrações de aprovação popular que os comícios ofereciam. Como resume Segadas Viana: “[...] a candidatura do brigadeiro não tinha sensibilizado a massa, o marechal Dutra, por sua vez, tinha conseguido dessensibilizar a massa”²⁹. Isso fez a UDN procurar as Forças Armadas para resolver seus problemas políticos, um movimento que, após essa data, passou a ser recorrente dentro da

²⁸ Decreto-lei n.7.586 (BRASIL, 1945a): “TÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE - Art. 56. Não podem ser registrados como candidatos à Presidência da República, desde que não afastados definitivamente dos seus cargos até 90 dias antes da eleição: a) o Presidente da República, os Ministros de Estado, os interventores ou Governadores dos Estados e Territórios e o Prefeito do Distrito Federal;”

²⁹ José de Segadas Viana. (Depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1983, p.164.

agremiação. O secretário-geral do partido, em carta ao general Góes Monteiro, pediu: “garantias indispensáveis à liberdade do pleito”³⁰

O clima de incerteza frente as duas candidaturas fez com que os queremistas se tornassem mais ousados em seus pleitos, marcando para o dia 3 de outubro um enorme comício intitulado dia "V" - de vitória, onde uma multidão compareceu no Largo do Carioca. Ferreira (2003) relata um comparecimento entre 80 mil e 100 mil pessoas no Rio de Janeiro; em São Paulo, os números seriam ainda mais superlativos, chegando a 200 mil ou 250 mil pessoas.

Assim, uma “marcha luminosa”, às 20 horas, na Capital Federal, rumou até o Palácio Guanabara, onde milhares de apoiadores e uma centena de jornalistas assistiram à leitura de um documento intitulado: “Assembleia Geral do Povo Brasileiro”, lido pelo líder queremista Hugo Borghi, ao lado do presidente Vargas:

Reunidos em praça pública, em todos os centros, capitais do país, cidades, vilas, povoados, estabelecimentos, lares, etc., o Povo Brasileiro, em uso de seus direitos e atribuições, resolveu o seguinte: 1: A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo; 2: as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país; 3: as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar; 4: o povo determina que S. Ex., o Presidente da República, proceda à convocação imediata de seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembleia Geral, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país (FERREIRA, 2003, p. 37).

O queremismo foi ganhando contornos cada vez mais populares, extrapolando o padrão da política brasileira de caráter mais conservador como analisa Ferreira (2003). Isso pode ser visto nos comícios ao longo do mês de outubro, que passaram a contar com a presença de comunistas e de socialistas. Cartazes do Partido Comunista do Brasil, do MUT³¹, do Partido Nacional Classista, do Partido Socialista e do Partido Socialista Cristão, por exemplo, foram vistos em ato realizado no dia 13 de outubro.

Esse avanço de um movimento de caráter mais popular foi reconhecido até por Getúlio Vargas, que, em uma entrevista dada ao *O Jornal*, do dia 16 de outubro de 1945, afirmou: “os trabalhadores deviam ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações”. Como esclarece Ferreira (2003), a fala de Vargas

³⁰ Publicado em: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de setembro 1945, p.3.

³¹ “MOVIMENTO UNIFICADOR DOS TRABALHADORES (MUT): Organização intersindical de trabalhadores de âmbito nacional, criada em abril de 1945 sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho, com o objetivo de fortalecer a unidade sindical dos trabalhadores. Foi substituído pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), formada em setembro de 1946” (KORNIS)

visava indicar a população para que votasse nos líderes queremistas, e o PTB seria o desaguadouro natural dessas lideranças. Mas, sem perder sua posição conciliadora e sua visão do que seria o movimento operário brasileiro, Getúlio entendeu o Partido Trabalhista como uma organização alternativa aos extremistas de esquerda, afirmando que: “evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois da eleição pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos com eles assumidos” (*O JORNAL*, 1945).

Apesar da tentativa de moderação do processo e do enorme prestígio de que dispunha perante os trabalhadores brasileiros, Vargas foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu a linha sucessória, como desejava a UDN, e formou um ministério com maioria udenista (FERREIRA, 2003). As razões para a queda de Getúlio serão mais bem analisadas a seguir.

A destituição de Vargas pelas Forças Armadas, em outubro, representou a ruptura de uma conturbada relação que durou todo o período em que Getúlio esteve no poder. Para além dos motivos discutidos anteriormente neste trabalho, um episódio, em agosto de 1945, foi fundamental para o movimento de Góes Monteiro e Eurico Dutra dois meses depois. Ferreira (2003) esclarece que, no dia 22 de agosto, a população do Distrito Federal recebeu os soldados do Regimento Sampaio, que haviam lutado em Montes Castelo, com extrema alegria. Os militares da mais alta patente estavam na recepção dos “heróis de guerra”, mas foram constrangidos pela enorme saudação que os “pracinhas” fizeram a Getúlio quando o viram, expressando sua felicidade com longos aplausos ao Presidente.

Os constrangimentos a Góes Monteiro e Dutra aumentariam mais à tarde quando houve um desfile na Avenida Rio Branco com os mesmos soldados, e que tinha como objetivo exaltar a democracia e o combate ao fascismo (e, por extensão, ao Estado Novo); uma festa preparada, portanto, para exaltar o candidato Eduardo Gomes e a UDN. No entanto, quando Vargas chegou ao palanque, instalado na frente da Biblioteca Nacional, a multidão o ovacionou, gritando seu nome em uníssono, transformando o que seria um evento com viés oposicionista em mais um comício pró-Getúlio.

Além da conturbada relação com as Forças Armadas, outros eventos foram decisivos para a queda do Presidente. A oposição, capitaneada pela UDN, protestou

contra o Decreto-lei n. 8063³², que previa a antecipação das eleições estaduais para 2 de dezembro de 1945 (data das eleições federais) e determinava o prazo de 30 dias antes das eleições para a desincompatibilização dos interventores estaduais. Gomes (2005) afirma que interpretação geral era a de que Getúlio, com esse decreto, poderia eleger não só um Congresso Federal, com poderes constituintes, mas também membros importantes nas assembleias e nos governos estaduais, tornando seu poder ainda maior.

Gomes (2005) prossegue mostrando que não foi mera coincidência o fato de que, no mesmo dia em que o Decreto-lei n. 8063, de 1945, foi assinado, Vargas fez seu primeiro pronunciamento público pró-PTB. Dois dias depois, viu-se a extensão dessa declaração com outra fala do Presidente, conclamando os trabalhadores em geral - “as classes populares” - a reforçar as fileiras do PTB (Vargas *apud* GOMES. 2005, p. 287).

O episódio que serviu como gota d’água para a deposição de Vargas, no entanto, foi a nomeação de seu irmão Benjamin Vargas para a Chefatura de Polícia do Distrito Federal. Lira Neto (2014) esclarece que Bejo (apelido de Benjamim Vargas) teve desentendimentos públicos com algumas proeminentes figuras, entre elas Roberto Marinho, e que foi acusado também de alcoolismo e insubordinação. Assim, a indicação de Benjamin Vargas serviu como o pretexto ideal para a intervenção militar, citada anteriormente, e que encerrou provisoriamente o longo mandato de Getúlio no Poder Executivo Nacional.

Com Vargas fora do pleito, começaram as articulações políticas para obter seu apoio, principalmente, a do candidato supostamente situacionista, o general Dutra. A corrida para obter o endosso público de Getúlio, bem como todas as movimentações que ocorreram na eleição de 1945 ajudam a evidenciar o duplo caráter intrínseco do

³² “Decreto-lei nº 8.063, de 10 de outubro de 1945 (BRASIL, 1945b). Dispõe sobre as eleições para Governadores e Assembleias Legislativas dos Estados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, DECRETA: Art. 1º As eleições para Governadores e Assembleias Legislativas dos Estados realizar-se-ão no dia 2 de dezembro dêste ano, conjuntamente com as de Presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Para as eleições de Governador prevalecem as mesmas inelegibilidades estabelecidas no artigo 56 do Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, exigindo-se para o registro dos candidatos o afastamento definitivo dos cargos referidos nas letras a e b do mesmo artigo até 30 dias antes das eleições. Art. 2º Os Interventores e Governadores deverão outorgar, dentro do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei, as cartas constitucionais dos Estados respectivos, nos termos do disposto no art. 181 da Constituição de 10 de novembro de 1937.

Parágrafo único. Nas cartas constitucionais outorgadas, nos termos dêste artigo, será fixado o número de membros das assembleias legislativas.

Art. 3º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções que se tornarem necessárias à execução dêste Decreto-lei.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará, em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário” (*sic*).

trabalhismo brasileiro. Se, por um lado, a liderança carismática, explicada por Araújo (1996), aparecia na necessidade de se obter um apoio público de Getúlio, para que Dutra pudesse vencer o brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições. Por outro, vê-se que o trabalhismo, como movimento político descrito por Gomes (2005), já tinha força eleitoral para definir os desígnios da eleição presidencial. A introdução do operário no imaginário político consolidava-se com a necessidade dos votos e das mobilizações da classe para atingir a vitória eleitoral. As eleições de 1945 são, dessa forma, sintomáticas de todo o processo de transformação social e política que o Brasil atravessava desde 1930.

4.2 Eleições de 1945

Para a compreensão das motivações tanto de Getúlio como do corpo diretivo do PTB é necessário fazer uma breve análise do contexto em que eles estavam inseridos. Vargas era um ex-presidente destituído do cargo e que voltava para sua terra natal, São Borja, 48 horas depois do golpe que sofrera.

Lira Neto (2014) relata, a partir de um depoimento do sobrinho de Vargas, Serafim Dornelles, o que o ex-presidente teria dito no voo de volta a São Borja que partiu do Rio de Janeiro:

Deves ter ouvido dizer que a política se assemelha a um jogo de xadrez. Indiscutivelmente, em alguns pontos se assemelham. Por exemplo, eu sou uma pedra que foi movida da posição que ocupava. E eles pensam que vou permanecer onde me colocaram. É o grande erro deles. Não sabem que vamos começar um jogo novo — e com todas as pedras de volta ao tabuleiro” (Lira Neto, 2014, p. 14).

Alguns dias depois de ter se estabelecido em sua cidade natal, Vargas redigiu um testamento político que visava apresentar um norte para todos os seus correligionários, principalmente, em razão da ameaça de que o novo Governo, presidido por José Linhares, pudesse levá-lo à cadeia, conforme trechos da transcrição desse documento:

A situação dramática da minha vida no desenrolar dos últimos acontecimentos políticos pode ser resumida em poucas linhas.
Um grupo de políticos, sob o pretexto de democratizar o Brasil, lançou mão de um militar [brigadeiro Eduardo Gomes] como candidato à presidência da República, para com ele fazer a desordem. Eram os golpistas.
Lançaram sobre mim, através da uma imprensa sem categoria moral, a conhecida campanha de ódios e difamações.
Para manter a ordem, levantei a candidatura doutro militar [general Eurico Gaspar Dutra], declarando reiteradas vezes que não era candidato a qualquer cargo público.
Atendi a tudo que reclamavam no terreno das franquias liberais: liberdade de opinião, de reunião, de propaganda, anistia ampla, lei eleitoral, designação da data para eleições, formação de partidos etc.

A campanha sistemática contra mim continuará, mas veio afinal a reação do povo em meu favor, revoltado pela injustiça. E foi tão intensa essa reação e de tal forma cercou-me o calor da solidariedade popular que alarmou os que pretendiam aniquilar-me.

Certo dia um grupo de generais, sob pretexto fútil e abusando dos cargos de confiança de que eu os investia, lançou contra mim um Exército aparelhado de tanques, canhões e metralhadoras, depondo-me do governo.

Retirei-me para uma fazenda no meu estado natal. Vivo só, no meio de gente simples que não sabe trair.

O novo governo que se instituiu para democratizar o país suprimiu todas as liberdades. Em nome da democracia, dera um golpe de força. Para se consolidar essa singular democracia, estabeleceu a censura, proibiu as atividades partidárias e começou a praticar uma série de mesquinhas contra mim, contra minha família, contra meus amigos.

Não satisfeitos com isso, querem arrancar-me ao solo da pátria ou sequestrar-me a liberdade. Talvez só com o meu sacrifício eu consiga remir os inocentes que estão sendo perseguidos e libertar-me das mesquinhas do governo de um títere togado influenciado por colaboradores odientos ou covardes, muito inferiores à missão que se arrogaram.

Na perspectiva de violências que se aproximam, deixo estas declarações para conhecimento do povo brasileiro (Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1945.II.00/2).

Se Getúlio ainda tentava organizar-se pessoal e politicamente, o PTB estava rachado, Araújo (1996) mostra que existiam grupos que desejavam um apoio público de Vargas à candidatura de Dutra, mas havia outra ala resistente a essa ideia, dado o envolvimento do General na deposição perpetrada dias antes. Lira Neto (2014) afirma que dirigentes petebistas como Segadas Viana e Baeta Neves, autoproclamados defensores da abstenção, faziam uma campanha de inação em favor de Eduardo Gomes.

Um grupo ligado ao líder queremista paulista Hugo Borghi era especialmente enfático no desejo de um endosso público a Dutra, portanto, uma ação judicial foi movida por um de seus aliados Luís Augusto França ao TSE, em que se questionava a legalidade da diretoria eleita durante a Primeira Convenção do partido. Segue, no quadro abaixo, extraído do livro de Araújo (1996), os eleitos nessa convenção:

Quadro 2 – Diretório Nacional do PTB

Escolhido na I Convenção Nacional, realizada entre 26 de agosto e 5 de setembro 1945.

José Mansueto da Silva (Maranhão, industrial)

Severino da Silva Melquíades (Paraíba, industrial)

Fiuzza Lima (Pernambuco, bancário)

Herosílio Baraúna (Bahia, bancário)

Antônio Jacob Paixão (Espírito Santo, comerciante)

Paulo Baeta Neves (Distrito Federal, vendedor praticista)

Salvador Gulizza (São Paulo, comerciante)

Maximino Zanon (Paraná, industrial)

Aristides Largura (Santa Catarina, advogado)

Sílvio Sanson (Rio Grande do Sul, comerciante)

Sinval Siqueira (Minas Gerais, jornalista)

Trabalhadores na indústria: Ilacir Pereira Lima, Luis Menocci e Antônio Francisco Carvalhal,

Trabalhadores no comércio: Calixto Ribeiro Duarte, Nelson Fernandes e Luís Augusto França.

Trabalhadores em transportes terrestres: Sindulfo Alves Pequeno, Armando Afonso Costa e Leandro M. Mota Júnior.

Trabalhadores em transportes marítimos: Jelmirez Belo Conceição Milton Soares Santana e Severino Ramos de Farias.

Trabalhador em empresa de crédito: Aristóteles Ferreira.

Profissional liberal: José de Segadas Viana.

Funcionário público: José Artur da Frota Moreira.

Trabalhador rural: Antônio Jacobina Filho.

Representante da mulher trabalhadora: Hilda Leite.

Livre escolha do Diretório: Francisco Gurgel do Amaral Valente, Alexandre Fonseca, Frederico Faulhaber, Antônio Érico Figueiredo Alves, Milton Viana, Aparício Batalha, Conrado Mira, Romeu José Fiori, José Ramos Penedo e Santa Cruz Lima.

Comissão Executiva Nacional: presidente, Paulo Baeta Neves; vice-presidente, Salvador Gulizza; primeiro-secretário, José de Segadas Viana; segundo-secretário, Ilacir Pereira Lima; terceiro-secretário, Maximino Zanon; primeiro-tesoureiro, Romeu José Fiori; segundo-tesoureiro, Aristides Largura.

Fontes: TSE, Processo Q 7/47 e Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.00.00/10.

Essa busca por um apoio de Getúlio à candidatura de Dutra pode ser vista em duas cartas enviadas por correligionários, a primeira endereçada a seu irmão Protásio Vargas: “Não devemos hesitar em seguir para diante com o nome de Dutra. É o que me parece

mais sábio no momento”³³, e a segunda ao próprio Vargas (enviada pelo tenente-coronel Napoleão de Alencastro Guimarães que era filiado ao PTB): “Do que o senhor decidir quanto à candidatura presidencial depende o resultado. O senhor neutro ou contra o general Dutra, ganha o brigadeiro, não há a menor dúvida, e além disso dificilmente faremos maioria ou grupo ponderável no Parlamento.”³⁴

Lira Neto (2014) observa que, alguns dias após a chegada de Getúlio em São Borja, uma comitiva de petebistas, capitaneada por Hugo Borghi, chegou à cidade com o objetivo de convencer Vargas a declarar apoio a Dutra. Valendo-se do argumento de que esse isolamento eleitoral do PTB na disputa presidencial poderia atrapalhar o desempenho da legenda em outros pleitos disputados.

A reticência de Vargas em endossar a candidatura de um dos militares que o derrubou fez com que Borghi lançasse mão de um último apelo. Segundo Lira Neto (2014), o líder queremista teria advertido Getúlio de que apenas o prestígio de Dutra sobre o alto-comando das forças armadas poderia evitar seu banimento do país, como era desejado por vários órgãos de imprensa opositores. Além disso, os trabalhistas teriam lugar garantido na futura composição ministerial, e a pasta do trabalho parecia fundamental para a manutenção da relação do partido com os sindicatos.

Não estamos aconselhando uma transação de baixa politicagem: apelamos para uma transigência que trará para o PTB o tempo necessário à sua articulação e organização. [...] O Candidato Dutra precisa e precisará de nós, e podemos negociar num mesmo plano. E esta ligação nos garantirá do lado militar.³⁵

Os queremistas voltaram de São Borja para o Rio de Janeiro com um manifesto redigido pelo próprio Getúlio, onde se lia:

Trabalhadores do Brasil! Deste rincão longínquo da Pátria, dirijo minha saudação a todos vós, desejando que ela seja ouvida em todos os quadrantes do país. Condensai a vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB é, por princípio, o herdeiro e continuador dos postulados da Revolução de 1930, que não pode ser interrompida, nem pelo arbítrio, nem pela violência. Deposito em vós a minha fé e a minha confiança, e espero que vossa organização nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, vos assegure, num sistema democrático, a representação a que tendes direito e possais dirigir os destinos do Brasil para um futuro de prosperidade, de glória, de fraternidade, de justiça³⁶.

³³ Carta de João Neves da Fontoura a Protásio Vargas, 14 de novembro de 1945. *Arquivo Getúlio Vargas*. FGV CPDOC, GV c 1945.II.14.

³⁴ Carta de Napoleão de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas, 8 de novembro de 1945. *Arquivo Getúlio Vargas*. FGV CPDO, GV c 1945.II.08/1.

³⁵ Carta de Napoleão de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas, 19 de novembro de 1945. *Arquivo Getúlio Vargas*. FGV CPDOC, GV c 1945.II.19/1.

³⁶ Mensagem de Getúlio Vargas ao Partido Trabalhista Brasileiro concitando-o à união em torno dos postulados da Revolução de 1930. *Arquivo Getúlio Vargas*. FGV CPDOC-FGV, GV c 1945.II.10/2.

No dia 16 de novembro, data-limite para o registro de candidatos às eleições, o PTB convocou seus correligionários para uma assembleia do diretório central³⁷, com o objetivo de definir quais rumos o partido seguiria nas eleições. Lira Neto (2014) destaca que até uma candidatura de terceira via foi sugerida com o nome do gaúcho Alberto Pasqualini sendo mencionado, mas ele declinou do convite.

Hugo Borghi seguia defendendo a tese de que o partido deveria apoiar publicamente a candidatura de Dutra, reforçando a necessidade de a agremiação compor uma base parlamentar sólida, principalmente, por que o presidente interino José Linhares assinara a Lei Constitucional nº 13³⁸, determinando que o Congresso eleito teria poderes constituintes.

Lira Neto (2014) ainda afirma que, em meio a esse impasse na cúpula petebista, um acordo costurado nos bastidores foi apresentado. O ex-presidente do Instituto dos Comerciantes do Rio de Janeiro e chefe do diretório paulista, Nelson Fernandes, foi quem apresentou os termos do pacto, que consistia em um endosso público de Getúlio a Dutra em troca de uma representação trabalhista no Ministério do Trabalho. Mesmo com a promessa tentadora, os defensores da abstenção, Segadas Viana e Baeta Neves, saíram vitoriosos da reunião, mantendo, portanto, seus apoios dissimulados a Eduardo Gomes, como mostrado anteriormente.

Em meio a tantas disputas, o único consenso a que os petebistas chegaram era a necessidade de o partido lançar Getúlio a deputado constituinte pelo maior número possível de Estados, além de inscrevê-lo como candidato a senador por São Paulo. Se Vargas fosse eleito por várias unidades da federação, o ex-presidente abriria diversas vagas para suplente, visto que só poderia ocupar um único cargo. O mesmo movimento foi feito no PSD, que oficializou a candidatura de Getúlio Vargas como senador pelo Rio

³⁷ Arquivo Getúlio Vargas. FGV CPDOC, GV c 1945.01.01, p. 10, no documento *Estatuto PTB*: "Capítulo VII - Dos Candidatos do Partido a cargos eletivos. Artigo 24 - o candidato ao cargo de Presidente da República será escolhido por meio da Convenção Nacional do Partido, que se realizará na Capital do país, salvo hipótese prevista no art.35".

³⁸ "Lei nº 13 de 12 de novembro de 1945 - decreta:

Art. 1º - Os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte, para votar, com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil.

Parágrafo único - O Conselho Federal passa a denominar-se Senado Federal.

Art. 2º - Promulgada a Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passarão a funcionar como Poder Legislativo ordinário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1945; 124º da Independência e 57º da República" (BRASIL, 1945c).

Grande do Sul, fazendo dele não só candidato a múltiplos cargos como também por duas legendas diferentes.

A múltipla candidatura de Vargas mais uma vez reforça a tese de Araújo (1996) sobre o poder carismático, colocando na figura do ex-presidente a representatividade do trabalhismo como movimento político/social, portanto, fundindo, novamente, a imagem do líder com as conquistas sociais e, em última instância, com o trabalhismo em si.

Novas tentativas de conseguir um apoio público de Getúlio a Dutra foram lançadas por Hugo Borghi. Um dos exemplos mais sintomáticos é uma carta de Protásio Vargas, em nome dos correligionários do Rio Grande do Sul, em que o irmão do ex-presidente diz o seguinte:

É indispensável para a nossa vitória no país e no estado que nos dê uma palavra decisiva aos trabalhadores e aos seus amigos, no sentido de que, sem prejuízo dos conselhos que lhes tem dado para que se organizem em partido próprio, apoiem neste momento a ação do PSD, uma vez que a vitória do PSD será a vitória dos seus amigos³⁹.

Outro evento passou a compor o já complexo quadro eleitoral de 1945. O Partido Comunista Brasileiro registrara perante a Justiça Eleitoral uma terceira candidatura à presidência: tratava-se do engenheiro Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e, sobretudo, velho amigo de Getúlio Vargas. O próprio Luís Carlos Prestes admitiu em uma entrevista anos mais tarde que a proximidade com Vargas foi o principal motivo para a escolha de Fiúza: “Escolhemos Fiúza porque era o homem próximo a Getúlio e pode dar à nossa legenda os votos do PTB” (MORAES e VIANA, 1982, p. 110).

Lira Neto (2014) conta que Getúlio se sentiu pressionado com a possibilidade de uma transferência de votos dos trabalhadores para o PCB, o que fez com que ele tomasse uma decisão mais ousada nos dias posteriores. O lançamento da candidatura de Fiúza sem o consentimento de Vargas foi interpretado pelo próprio Prestes na mesma entrevista como um equívoco: “Cometemos um erro em não procurar Getúlio e pedir para que ele apoiasse o Iedo Fiúza. Foi o lance de audácia que nos faltou. Não fomos procurá-lo porque ainda tínhamos o ranço de ter sido ele o homem do Estado Novo” (MORAES e VIANA, 1982, p. 111).

Com o adensamento do quadro eleitoral às portas do pleito, dois documentos foram centrais para consolidar o apoio público de Vargas ao candidato do PSD. O

³⁹ Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas, 18 de novembro de 1945. Arquivo Getúlio Vargas. FGV CPDOC, GV C 1945. II. I8.

primeiro, um ofício do diretório estadual do Partido Social Democrático, no qual a coordenação da campanha de Dutra prometia atender quatro reivindicações básicas dos petebistas em troca da declaração de apoio: 1) Endosso a todas as iniciativas do PTB na defesa da legislação trabalhista durante os debates da Constituinte, 2) O PSD arcaria com partes das despesas das campanhas petebistas nas eleições proporcionais, 3) PSD se comprometia a despejar duramente votos em seis candidatos do PTB, ajudando a assegurar um assento mínimo dos trabalhistas nas assembleias e 4) O PTB receberia a quantia de meio milhão de cruzeiros para o caixa do partido⁴⁰.

O segundo documento central dessa operação foi uma carta assinada de próprio punho pelo General Dutra com os seguintes compromissos:

Prezados senhores: Respondendo à consulta que me foi feita, tenho o prazer de, com a presente, confirmar nossos entendimentos pelos quais ficou assentado o seguinte: 1) Quando eleito, escolherei, para ministro do Trabalho do meu governo, pessoa de minha confiança, do comum acordo com o PTB. 2) O ministério, com exceção das pastas militares, será constituído por elementos que apoiam minha candidatura, proporcionalmente ao número de votos que me forem concedidos pelos mesmos. 3) As interventorias serão distribuídas, também na mesma proporção. 4) Apoiarei o programa do PTB e procurarei fazer com o que as justas aspirações dos trabalhadores sejam postas em prática pelo meu governo. 5) Reconheço as atuais leis trabalhistas e amparo social e procurarei melhorá-las e aperfeiçoar sua aplicação. Gal. Eurico Gaspar Dutra ⁴¹.

O compromisso firmado pelo PSD e pelo próprio Dutra levou diversos correligionários, simpáticos à aliança partidária, à procura de Getúlio como forma de obter endosso público. Napoleão de Alencastro Guimarães é um exemplo:

Não penso que nas presentes eleições o PTB seja bem-sucedido eleitoralmente. Mas se aliar ao PSD nas eleições estaduais, a experiência adquirida lhe dará inquestionavelmente uma posição muitíssimo forte. O PTB pela sua posição central tem todas as probabilidades de ser a grande força nacional nos anos a vir ⁴².

A “bomba atômica” de Getúlio explodiu no Rio de Janeiro, em 27 de novembro (LIRA NETO, 2014, p. 50), os postes e muros da capital amanhecaram cobertos com cartazes onde se lia: “ELE DISSE: VOTAI EM DUTRA!” E logo abaixo um documento que tinha sido datilografado por Alzira Vargas:

Brasileiros! A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. [...] O momento não de nomes, mas de programas e

⁴⁰ Ofício do Diretório Estadual PSD (São Paulo) ao PTB (São Paulo), estabelecendo as bases do acordo entre os dois partidos para as eleições. Arquivo Getúlio Vargas. FGV CPDOC, GV c 1945. II. 18.

⁴¹ Trata-se de carta marcada como confidencial, datilografada em papel timbrado do PSD, na data de 22/11/1945, e foi assinada (de próprio punho) pelo general Dutra. Arquivo Getúlio Vargas. FGV CPDOC. GV 45.11.14.

⁴² Carta de Napoleão de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. FGV CPDOC, GV 45.11.19/I.

de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor de seus interesses. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou, a esse partido, garantias de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.⁴³

A decisão de apoiar publicamente a candidatura de Dutra desagradou algumas alas internas do PTB, sobretudo Baeta Neves e Segadas Viana, que manifestaram seu descontentamento em telegrama enviado:

Vossência talvez ignore que o general Dutra, durante o entendimento que mantivemos, recusou-se assumir compromisso lutar contra medida banimento e cassação diretos políticos vossência. [...] Talvez vossência não saiba que o general Dutra pronunciou discurso rádio assumindo responsabilidade golpe 29 de outubro (*sic*)⁴⁴.

Mesmo com os desapontamentos de aliados, o rito eleitoral seguiu sua normalidade, e, no dia 2 de dezembro, um domingo, os brasileiros foram às urnas. Lira Neto (2014) revela que o ritual do voto tinha um roteiro específico. Os eleitores levavam no bolso a cédula que tinha sido previamente distribuída pelos comitês partidários e que já tinha sido preenchida com os nomes de seus candidatos de preferência. Chegando à sessão eleitoral, o votante recebia das mãos do presidente da mesa um envelope assinado no verso por todos os mesários e, então, era autorizado a seguir à cabine de votação. Lá dentro, deveria introduzir a cédula na sobrecarta que lhe fora fornecida e, ao deixar a cabine, exibia o envelope lacrado para que os mesários constatassem que era o mesmo que havia sido entregue um pouco antes.

Ainda segundo Lira Neto (2014), as apurações eram lentas, os resultados eram divulgados em boletins diários, mas bastaram três dias para mostrar que a vantagem estava com o general Dutra. Porém, o enorme entusiasmo que muitos jornais tinham com o candidato Eduardo Gomes, levava-os a exibir manchetes sensacionalistas como, por exemplo, a do *Correio da Manhã*, que, na quarta-feira, 5 de dezembro de 1945, estampou a seguinte capa: “Resultados do segundo dia de apuração no Distrito Federal: Eduardo Gomes: 9344; Dutra: 3889”.

O jornal deliberadamente omitiu que o general tinha vantagem na contabilização nacional dos votos na data em questão. No dia seguinte (6 de dezembro de 1945), a mesma

⁴³ Manifesto de Getúlio Vargas aconselhando o PTB e a população brasileira a votar em Dutra. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV C 1945.II.25.

⁴⁴ Telegrama de Segadas Viana e Baeta Neves a Getúlio Vargas, em 26 de dezembro de 1945. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV C 1945.II.26/I.

estratégia foi utilizada, mostrando uma vantagem de mais de 10 mil votos diários na Capital Federal para Eduardo Gomes, mas a omissão do periódico, no caso, foi que, no dia 6 de dezembro, Dutra já computava nacionalmente 456 mil votos, contra 276 mil do brigadeiro.

No final do pleito, Eurico Gaspar Dutra foi eleito, obtendo 3,2 milhões de votos contra cerca de 2 milhões de Eduardo Gomes. Em terceiro lugar, apareceu Iedo Fiúza, do Partido Comunista, com 569 mil votos. Getúlio obteve 1,2 milhões de votos somando todos os cargos aos quais ele foi candidato, sendo eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e ainda deputado por outros sete Estados (LIRA NETO, 2014).

No âmbito legislativo geral, obteve-se os seguintes resultados:

Quadro 3 – Resultado das Eleições

Partido	Deputados Federais	Senadores
PSD	151	26
UDN	83	12
PTB	22	2
PCB	14	1
PR	7	-
PSP	4	1
PDC	2	-
PL	1	-
OUTROS	2	-
Total	286	42

Fonte: Partido (MAYER, 2019, p.116).

Pode-se concluir que Vargas apresentou grande força eleitoral. Com o trabalhismo como legado pessoal, sua mobilização a favor de Dutra foi decisiva para a vitória do general. Mas, além da eleição presidencial, Getúlio somou, com toda as suas candidaturas, um número superior de votos ao do terceiro colocado na eleição nacional, mesmo limitando sua campanha a âmbitos estaduais e, segundo Lira Neto (2014), sem nunca ter deixado São Borja.

A expressiva capacidade de transferência de votos apresentada pelo ex-Presidente, nos níveis partidário e nacional, vai ao encontro das ideias expressadas anteriormente por Araújo (1996) e Fausto (2021) de que Vargas teria inaugurado a era do poder carismático dentro da história política brasileira.

Porém, não foi apenas a consolidação do carisma que os resultados eleitorais de 1945 mostraram: o trabalhismo e, de maneira mais ampla, as mobilizações populares entraram de vez na cena política nacional para espanto de muitos políticos do período. O ex-presidente Artur Bernardes afirmou que: “O resultado da apuração é chocante”⁴⁵. As noções sobre o poder das máquinas estaduais, extremamente fortes durante a República Velha, tinham sido completamente destruídas, Castro Gomes (2021) traz um exemplo de José Lins do Rego, referindo-se a derrota da UDN, do brigadeiro em São Paulo, como a derrota de Waterloo, já que chefes locais haviam sido derrotados em suas próprias localidades, algo impensável no início do século.

José Soares Maciel Filho, ex-membro do Conselho Nacional de Imprensa do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), forneceu a melhor síntese sobre a situação: “Eu, francamente, não acredito no êxito popular dentro de um clima democrático de qualquer Partido Liberal ou conservador. Estamos no século 20 e não no século 19”⁴⁶.

A política brasileira havia passado por um processo irreversível de transformação, as antigas máquinas estaduais tinham perdido protagonismo, e novos personagens emergiam. Trabalhadores e seus representantes partidários e sociais tornaram-se cada vez mais fundamentais no equilíbrio eleitoral, redimensionando não só a arena pública para a esfera nacional como, efetivamente, criando uma nova maneira de fazer política.

Interessante observar também que, se o grande vitorioso do pleito de 1945, dada as condições impostas, foi Getúlio Vargas, muito graças a sua associação indiscutível com o trabalhismo e com os trabalhadores de maneira mais geral, sua imagem perde protagonismo gradativamente com o passar dos anos, e, mesmo assim, o PTB e as centrais sindicais continuam a ter expressivos resultados eleitorais. Na primeira eleição, o partido fez 22 deputados e 2 senadores; em 1950, esse número salta para 51 deputados e 5 senadores; em 1954, 56 deputados e 12 senadores; em 1958, 66 deputados e 6 senadores; e, por fim, em 1962, 116 deputados e 12 senadores (MAYER, 2018).

⁴⁵ Artigo publicado no *Correio da Manhã*, de 11 de dezembro de 1945.

⁴⁶ Arquivo Getúlio Vargas. FGV. CPDOC, GV 45.12.11/2.

Em síntese, a simbiótica relação construída, sobretudo durante todo o Estado Novo, entre Getúlio e os trabalhadores, apresentou resultados amplamente favoráveis para o político gaúcho, tornando-o figura indispensável dos primeiros anos da recém-fundada democracia brasileira. Mas a força que emergia dos setores sindicais organizados abriu uma nova dimensão política no país, alçando os trabalhadores ao posto de personagens centrais no imaginário nacional e na prática eleitoral da nação, apresentando uma enorme capacidade de mobilização, independentemente de Vargas e da cúpula do Ministério do Trabalho, o que, sem dúvida, tornou-os indispensáveis até os dias atuais.

5 CONCLUSÃO

A proposta deste estudo de analisar a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945, considerando a intrincada relação entre trabalhismo e getulismo, teve como objetivos entender a influência de Getúlio Vargas nesse processo, bem como a vinculação do Partido com os sindicatos. Para isso, buscou-se, por meio da legislação do período e de arquivos pessoais e partidários, além da doutrina, resgatar os registros que indicaram a formação do partido e, de maneira mais ampla, elucidaram a transição do Estado Novo para o regime inaugurado a partir de 1946.

Fundamental pontuar que o nacionalismo foi um pilar essencial do estadonovismo, que ansiava por um poder único e centralizado, ou seja, a desintegração nacional da Primeira República era apontada pelos ideólogos do Estado Novo como enfraquecedora do projeto de Nação e assim inautêntica a realidade nacional, por seu liberalismo “exótico”.

Como mostrado, o Partido estabeleceu-se num contexto de disputas entre diversas lideranças ao longo dos anos, desse modo, consolidou-se uma grande dicotomia entre um governismo/getulista de caráter carismático, nacionalista e personalista e, em contraposição, sua vocação natural de representar a classe trabalhadora de um sindicalismo cada vez mais forte e atuante.

Na análise, restou inegável a influência personalíssima de Getúlio Vargas na constituição da agremiação. A ligação direta de Vargas com figuras-chave do Partido, em última instância, fez com que os interesses políticos do Presidente fossem refletidos no PTB, trazendo benefícios eleitorais a Getúlio, especialmente, em razão da forte base trabalhista construída durante o Estado Novo. Ou seja, houve reciprocidade entre as vantagens colhidas pelo político e o fortalecimento do PTB.

O ano de 1945 foi essencial para o processo de transformação do quadro político e social, as movimentações dos diversos atores do processo de transição entre os Regimes dimensionam o tamanho da mudança encampada a partir da desarticulação do Estado Novo.

Os trabalhadores e seus representantes partidários e sociais tornaram-se cada vez mais fundamentais no equilíbrio eleitoral, redimensionando não só a arena pública para a esfera nacional como, efetivamente, criando uma nova maneira de fazer política.

Percebeu-se também que o partido, na sua fundação, confundiu-se com a estrutura do Ministério do Trabalho de cunho corporativista que, em resumo, pode ser entendida a

partir da equiparação dos direitos políticos aos direitos sociais, condicionando a própria noção de cidadania com a atuação econômica dos trabalhadores.

Carvalho (2001) entende que a cidadania no Brasil, pós-Revolução 1930, foi pouco significativa. Isso, segundo o historiador, ocorreu principalmente pelo fato de os direitos sociais terem sido outorgados antes da expansão dos direitos civis. Os avanços trabalhistas, como analisado neste trabalho, estavam submetidos a uma lógica de “troca de dádivas”, portanto, não foram conquistados e sim concedidos por um governo corporativista e autoritário, com líderes das elites tradicionais, sem vinculação autêntica com questões populares. Se, por um lado, a expansão dos direitos sociais significou um avanço da cidadania, já que incorporava os trabalhadores ao campo político, em contrapartida, criava uma relação de dependência destes com o Estado.

O PTB, assim, foi fundado na lógica do corporativismo no Estado Novo, em que as instâncias de representação política se dariam por meio dos sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho. Porém, o partido ganhou certa autonomia nos anos subsequentes à sua fundação por galvanizar os anseios dos trabalhadores brasileiros dentro da esfera pública gerada com a ascensão do novo regime.

Dessa forma, o partido nasceu subordinado a uma lógica de representação econômica, mas prosperou na esfera política. Funcionando como um exemplo didático das próprias disputas internas que cercaram sua gestação e que este trabalho procurou apresentar.

Além de ilustrar internamente as correntes em confronto, pensar a fundação do PTB é analisar a própria desarticulação do projeto estadonovista e como esse processo se desdobrou a partir de 1946. Este estudo, portanto, deve ser inserido dentro do campo da História Política como um dos exemplos para se entender processo e consequentemente esse período.

Na análise, percebeu-se que, o que parecia ser a morte política de Getúlio Vargas, mostrou-se um renascimento, com os expressivos resultados eleitorais alcançados a partir da sua mobilização em 1945, que o levaram ao Senado Federal como constituinte, representando, assim, a pavimentação para o seu próximo mandato de 1950 a 1954. Desse modo, Vargas adaptou-se ao regime vindouro, incorporando ainda mais a imagem de líder trabalhista carismático.

Portanto, a resposta para a indagação inicial, sobre qual de suas correntes internas o partido pode ser vinculado, a conclusão é ambígua. De um lado, o PTB é a agremiação que representa a continuidade corporativa do Ministério do Trabalho, como ilustrado

neste estudo por diversos documentos, mas, do outro, sua força política e social não advém apenas da ligação com o Estado Novo, mas, também, do espaço ocupado como legítimo representante das classes trabalhadoras brasileiras que cresciam de maneira significativa pelo avanço da industrialização no país.

FONTES

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC:

- GV c 1945.01.01
- GV c 1945.II.00/2
- GV c 1945.II.14
- GV c 1945.II.08/1
- GV c 1945.II.19
- GV c 1945.II.19/1
- GV c 1945.II.10/2
- GV c 1945.II.18
- GV c 1945.II.25
- GV c 1945.II.26/I
- GV c 1945.12.11/2

Arquivo Alexandre Marcondes Filho, FGV CPDOC:

- AMF - c 1945.05/09.00

Hugo Borghi. (Depoimento). Rio de Janeiro, FGV CPDOC, **História Oral**, 1982, p. 47.

José de Segadas Viana. (Depoimento). Rio de Janeiro, FGV CPDOC, **História Oral**, 1983, p.164.

José Segadas Vianna (Depoimento), Rio de Janeiro, FGV CPDOC, **História Oral**, 1983, Fita 9, p.5.

Artigos e Matérias de Jornal

As surpresas das eleições: alguma coisa aconteceu em Minas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1945. Edição 15679. P.16. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pagfis=29108>. Acesso em: 12 set. 2023

O Sr. Getúlio Vargas afirma que não se cogita de golpes ou atos secretos: conclama os trabalhadores a ingressar no Part. Trabalhista. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, 2 seção, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&Pesq=seio&pagfis=29842>. Acesso em: 10 de set. 2023.

Prosseguem com maior intensidade o trabalho de apuração das eleições no Distrito Federal. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945. Edição 15675. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pagfis=29009>. Acesso em: 12 set. 2023.

Resultado do 2º dia de apuração no Distrito Federal. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945. Edição 15674. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pagfis=28997>. Acesso em: 12 set. 2023.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Leonardo Silva. A trajetória de José Vecchio: a militância sindical e trabalhista. In: **XII Encontro Estadual de História; história e mídia: narrativas e disputas**, 2020. Pernambuco: ANPUHPE, 2020. p.1-16. Disponível em: <
https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuhpeeh2020/1601514213_ARQUIVO_b412a7132842af676319e2345c3ac6c6.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicato, Carisma e Poder: O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes. **História Constitucional do Brasil**, Brasília: OAB Editora, 4. ed. 2002

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, 26 fev. 1932. Seção 1. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-norma-pe.html>>. Acesso em 08 jul. 2023.

_____. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define Crimes contra a Ordem Política e Social. **Diário Oficial da União**, 28 jun. 1935a. Seção 1, p. 13977 (republicação).

_____. Lei nº 48, de 4 maio de 1935. Modifica o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, 08 maio 1935b. Seção 1. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0048.htm>. Acesso em 08 ago. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 5.199, de 16 de janeiro de 1943. Cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 9 jan. 1943. Seção 1. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5199-16-janeiro-1943-415198-norma-pe.html>>. Acesso em 10 jun. 2023.

_____. Decreto-lei nº 7.586, de 28 maio 1945. Regula, em todo o País, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28/02/1945. **Diário Oficial da União**, 28 maio 1945a. Seção 1. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____. Decreto-lei nº 8063, de 10 de outubro de 1945. Dispõe sobre as eleições para Governadores e Assembleias Legislativas dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 out. 1945b. Seção 1. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8063-10-outubro-1945-378633-norma-pe.html>>. Acesso em 08 jul. 2023.

_____. Lei nº 13, de 12 de novembro de 1945. Dispõe sobre os poderes constituintes do Parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945. **Diário Oficial da União**, 13 nov. 1945c. Seção 1. Disponível em<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT013.htm#:~:text=LEI%20

N%C2%BA%2013%20DE%2012,que%20lhe%20confere%20o%20art.>. Acesso em: 28 ago. 2023.

_____. Decreto nº 21.978, de 25 de outubro de 1946. Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. **Diário Oficial da União**, 28 out. 1946. Seção 1. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21978-25-outubro-1946-341355-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **6º Título eleitoral – 1945**. Brasília, DF, 2008 a. Disponível em:< <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/titulo-eleitoral/6o-titulo-eleitoral-1945>>. Acesso em: 08. jul. 20023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos Político: Nomenclatura dos Partidos Políticos no Brasil**. 2008 b. Disponível em:< <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/partido-politico>>. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleição Presidencial 1945**. Brasília, DF, 2022. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmZhZGFIMmQtZjBmNC00YWVjLTg4MDgtNDY4MmNhNmMzZDM1IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBlZDhhY2RmMSJ9>> Acesso em: 27 ago. 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, **Multidões em cena: propaganda política no vanguardismo e no peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**, São Paulo: Todavia, 2005.

_____, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DULTRA DOS SANTOS, Rogério. Oliveira Vianna e o Constitucionalismo no Estado Novo: corporativismo e representação política. **Revista Sequência**. Santa Catarina: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, n. 61, p.273 a 307, dez. 2010.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001

FERREIRA, Jorge. A democracia de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila. (org.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964, **Terceira República** (1945 - 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3, p. 13 - 46.

_____, Jorge. Queremismo, trabalhadores e cultura política: Soberania popular e aprendizado democrático. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.1, p. , jun. 1998.

FOULCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____, Michael. Foucault. **Vigiar e Punir**. Tradução Raquel Ramalhe. 42. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

GOMES, Angela Maria de Castro; ARAÚJO, Maria Celina Soares d', **Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro, **A invenção do trabalhismo**, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____, Angela Maria de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, no 34, 2004.

KORNIS, Mônica. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-unificador-dos-trabalhadores-mut>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARCONDES, Alexandre. Fala transcrita. **Jornal A Manhã**, Rio de Janeiro, maio 1942. Disponível em: < <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/trabalhadores.html#26>>. Acesso em 10 ago 2023.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Tradução Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYER, Rodrigo. **Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Queremos Getúlio ocupa as ruas do País**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/queremos-getulio-ocupa-as-ruas>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MIRANDA, Marcella. A HISTÓRIA POLÍTICA: METODOLOGIA DE PESQUISA E NOVAS ABORDAGENS - Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, jul. 2011.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**. São Paulo: Vozes, 1982.

MOTTA Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História: novos estudos**, 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MUSEU DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Min. José Américo Almeida-1935-1951**. Disponível em < <https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-jose-americo-de-almeida-1935-1951.htm>>. Acesso em 20 jun. 2023.

NETO, Lira. Getúlio: **Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NICOLAU, Jairo. **A história do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1987.

PASQUALINI, Alberto. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**, realização: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre : Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<https://ww2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ak4nFe8A6gg%3D&tabid=3101&language=pt-BR>>. Acesso em 20 maio 2023.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. Tradução: Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Maria do Carmo Campello, **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

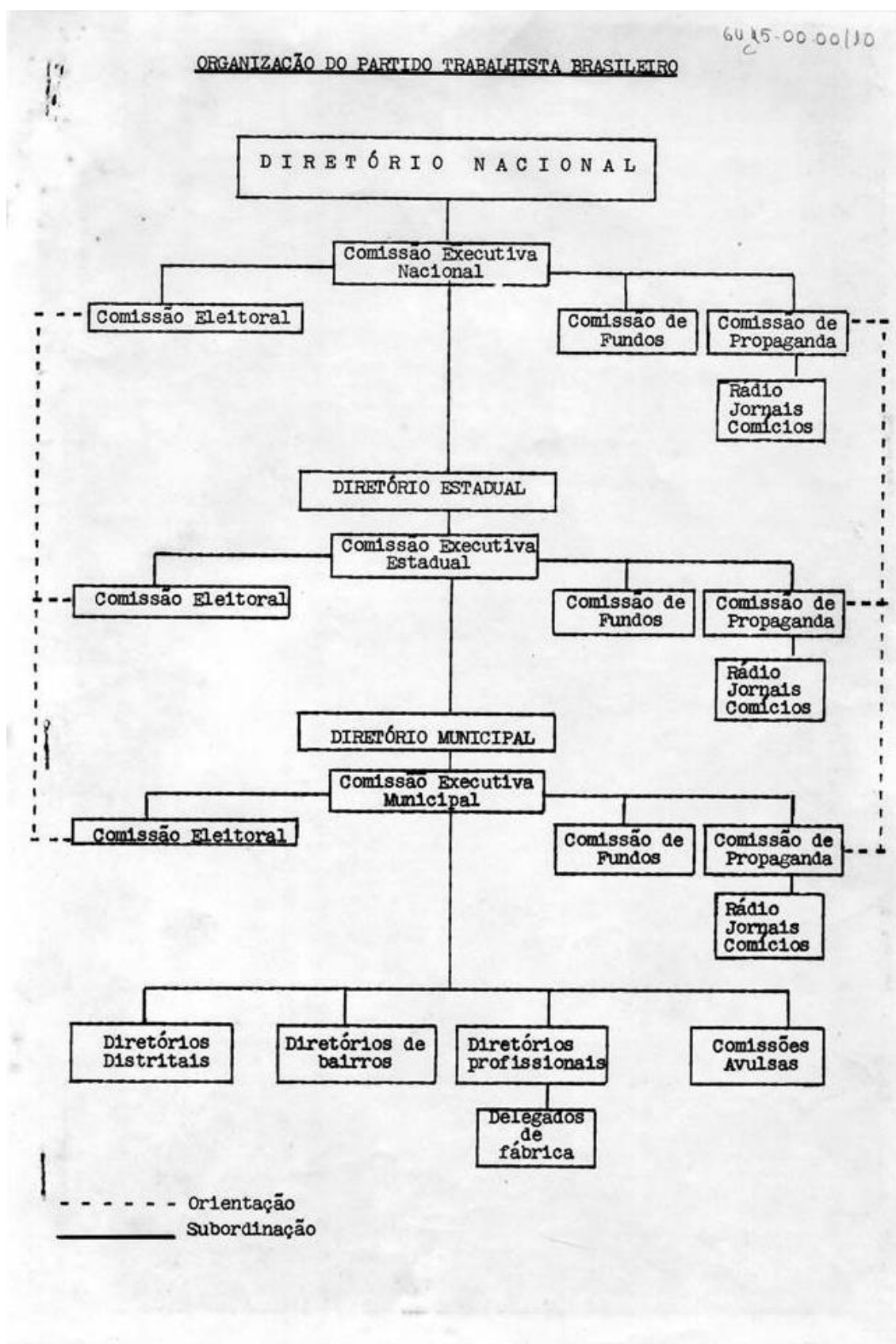
STEFFENS, Marcelo Hornos. A Biografia na pesquisa histórica: uma análise do trabalhismo no Brasil. **Revista de Teoria da História**. Goiás: Universidade Federal de Goiás. Ano 2, n. 4, dez. 2010.

VARGAS, Getúlio, **A nova política do Brasil**, v. 8, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____, GETÚLIO. Discurso: O Estado Novo e as classes trabalhadoras - pronunciado por ocasião da assinatura de decretos-leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, em 01 maio 1938. **Biblioteca Presidência da República**. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

WEFFORT, Francisco C., **Sindicatos e Política**. 1972. Tese (Concurso de Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ANEXO A – Organização do Partido Trabalhista Brasileiro



ANEXO B – Diretórios Municipais Organizados

Partido Trabalhista Brasileiro
Comissão Executiva

Rio, ... de de 194.....



N.º

DIRETÓRIOS MUNICIPAIS ORGANIZADOS

Amazonas	4
Maranhão	6
Rio Grande do Norte	6
Paraíba	3
Pernambuco	14
Alagoas	11
Sergipe	4
Bahia	12
Espírito Santo	6
Estado do Rio	11
Minas Gerais	38
São Paulo	26
Paraná	33
Santa Catarina	11
Rio Grande do Sul	17

ANEXO C – Comissão Executiva

Partido Trabalhista Brasileiro
Comissão Executiva

Rio, ... de de 194.....

N.º

PRESIDENTE DE HONRA

Getúlio Dornelles Vargas

VICE PRESIDENTES DE HONRA

Alexandre Marcondes Filho
Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães
Antonio Francisco Carvalho
Luiz Augusto de França

COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL

Presidente : Paulo Baeta Neves
Vice-pres. : Salvador Gulizzia
1ª Secret. : José de Segadas Vianna
2ª Secret. : Ilacyr Pereira Lima
3ª Secret. : Maximino Zanon
1ª Tesour. : Romeu José Fiori
2ª Tesour. : Aristides Largura